



**Cancro em Cabo Verde
Entre avanços e
desafios crescentes**

Págs. 8 a 10 in ETC



Idrissa Nassa, Coris Holding

**BCA será gerido
maioritariamente
por cabo-verdianos**

Págs. 2,4 e 6

Saúde

**Victor da Costa
assume direcção do
“Baptista de Sousa”**

Pág. 8

Guiné-Bissau

**Militares assaltam
o poder**

Pág. 12 e 13

Germano Almeida

**Carta aberta ao
Bastonário da Ordem
dos Advogados**

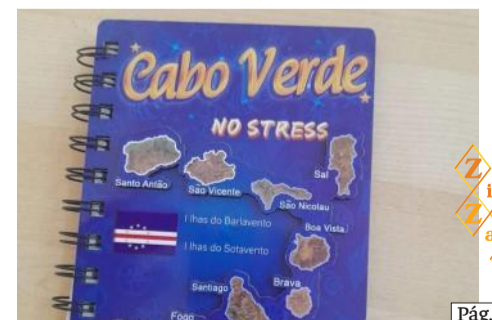
Pág. 20

**Filme “Aleluia”
Lura é ‘Bia’ no filme
dos pescadores
desaparecidos**



Págs. 2 e 3 in ETC

Souvenir



Pág. 21

Coris tem luz verde para fechar negócio com Caixa Geral de Depósitos

BCA será gerido maioritariamente por cabo-verdianos a partir de Janeiro

A Coris Holding já iniciou com a Caixa Geral de Depósitos o processo de transferência da gestão do BCA, para que o banco possa passar de mãos logo em Janeiro, com o arranque do novo ano económico. A partir dessa data, a Coris pretende introduzir uma nova dinâmica no mercado financeiro cabo-verdiano. Gilberto Barros será o novo presidente do Conselho de Administração do BCA.

Daniel Almeida

A Coris Holding quer assumir o controlo de gestão do Banco Comercial do Atlântico (BCA) logo em Janeiro de 2026, com o arranque do novo ano económico. Gilberto Barros, antigo secretário de Estado das Finanças de Cabo Verde (2017-21), com passagem pelo Banco Mundial, será o presidente do Conselho de Administração do BCA.

Com a deliberação do Banco de Cabo Verde (BCV) de “não se opor ao projecto de aquisição” para a concretização do negócio, cabe agora ao Coris, grupo financeiro com sede no Burkina Faso, negociar directamente com a Caixa Geral de Depósitos de Portugal que é, neste momento, o accionista maioritário do BCA. Uma operação que só deverá ficar definitivamente concluída em Janeiro de 2026.

Inicialmente o valor dessa transação estava avaliada em 70 milhões de euros, mas, devido ao atraso do BCV na tomada de decisão, que durou cerca de 18 me-

ses, as partes terão que fazer ajustes no preço, caso houver, durante esse lapso de tempo, uma valorização ou depreciação do valor proposto logo no início do processo de compra e venda, em Março do ano passado.

É que a proposta financeira feita há 18 meses tinha como base as contas da empresa num determinado momento, “só que passaram dois anos e as contas podem ser outras”, realça a fonte do A NAÇÃO, que considera que “há necessidade de se ajustar o preço”.

Mas antes de a Coris assumir o controlo de gestão do BCA, com 59,81 por cento (%) das acções, terá que ser realizada uma assembleia de accionistas, que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, terá que ser convocada com 21 dias de antecedência.

Nessa assembleia geral é que serão eleitos os novos corpos sociais do BCA, com destaque para o Conselho de Administração e para a Comissão Executiva.



Recursos cabo-verdianos

De acordo com uma fonte próxima de Idrissa Nassa, dono da Coris Holding, o BCA será gerido maioritariamente por quadros cabo-verdianos, tendo à frente Gilberto Barros, como PCA.

Todos os 415 colaboradores do BCA serão mantidos nos respectivos cargos e funções, havendo a possibilidade de recrutamento de novos colaboradores, tendo em conta uma nova dinâmica que o novo dono desse banco pretende imprimir no mercado financeiro cabo-verdiano.

Porém, nessa fase de

transição, que decorrerá até Janeiro, as negociações se centrarão entre a Coris Holding e a CGD, não haverá outros intervenientes. No último parágrafo do comunicado, o BCV diz que o projecto de aquisição de participação qualificada deve ficar concluído no prazo indicado pela Autoridade de Supervisão, que é de seis meses, mas a nossa fonte garante que o processo será fechado no prazo máximo de um mês.

Nova abordagem

Uma nova abordagem no mercado financeiro será uma das principais novida-

des que a Coris Holding pretende introduzir no BCA, colocando o cliente como o foco principal. Outra aposta a curto prazo é a dinamização do financiamento da economia tanto para as famílias, para as empresas e para o próprio Estado.

Por outro lado, com a entrada da Coris, que “é uma marca muito conhecida em África”, como accionista maioritário do BCA, de acordo com o nosso interlocutor, será possível atrair investimento africano para Cabo Verde e incrementar o turismo de valor acrescentado.

Continua na página A4



Impar

***Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.***



BCV deu o seu consentimento ao fim de 18 meses

O BCV informou, no início desta semana, que o seu Conselho de Administração, reunido em sessão ordinária, no dia 20 de Novembro, deliberou não se opor ao projecto de aquisição de 59,81% por cento dos direitos de voto e das ações representativas do capital social do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (BCA) pela Coris Holding, S.A., pelo valor de 70 milhões de euros.

A Coris Holding foi, recorde-se, a escolhida de uma lista de três interessados que, além da escolhida, tinha a First Atlantic Bank e IIBGroup Holdings, que tem sucursal em Cabo Verde.

“Como é do domínio público, a 06 de maio de 2024, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Interatlântico, S.A. celebraram com a Coris Holding, S.A. um Acordo de Transmissão de Ações, pelo qual se



Oscar Santos, governador do BCV

comprometeram a vender a totalidade das ações que detêm no Banco Comercial do Atlântico, S.A. (BCA), transação que resultaria numa mudança de controlo do banco cabo-verdiano e sujeita às autorizações das autoridades de supervisão cabo-verdianas competentes”, esclarece o BCV.

Complexidade do processo

O BCV alegou a complexidade do processo para levar o tempo que teve de decidir, num caso em que o proposto adquirente ser uma holding, com filiais em diversas jurisdições, e ramificações, bem como

a dimensão da entidade-alvo de aquisição, classificada como um banco doméstico de importância sistémica (Domestic Systemically Important Bank, sigla D-SIB), acarretou um conjunto de diligências adicionais.

“Com efeito, a supra-mencionada complexidade

do processo levou à solicitação de esclarecimentos, pedidos complementares, due diligence adicionais, de modo que ficasse suficientemente demonstrado que o proposto adquirente reunia as condições que garantissem uma gestão sã e prudente da entidade-alvo de aquisição”, elucida o Banco Central.

E nisso, conforme admitiu o BCV também, chegaram a persistir “dúvidas no que tange ao critério de natureza objetiva quanto à existência de condições que garantam um exercício eficaz de supervisão, conforme exigido pela lei, à luz do critério estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 47.º da LAIF, as quais ficaram ultrapassadas com elementos, posteriormente, careados na instrução do processo relativo ao projeto de aquisição de participação qualificada”.

Empresários esperam mais facilidades no acesso ao financiamento

O presidente da Câmara de Comércio de Sotavento (CCS), Marcos Rodrigues, considera que a assunção do controlo accionista do BCA pela Coris Holding “contribuirá, certamente para a resolução de um dos principais problemas das empresas cabo-verdianas, que é o acesso ao financiamento”.

O presidente da maior “família” empresarial de Cabo Verde disse ainda que, das conversas que tem mantido com Idrissa Nassa, CEO da Coris Holding, “há possibilidades de se mitigar alguns aspectos relacionados com as garantias bancárias no sentido de pro-

piciar todas as condições para o acesso ao crédito à economia e ao empresariado nacional, em tempo útil”.

Rodrigues considera ainda que a entrada da Coris Holding no capital do BCA venha a proporcionar uma maior integração económica de Cabo Verde na sub-região oeste africana criando oportunidades de negócio por parte do empresariado nacional.

Numa publicação na sua página pessoal no Facebook, o empresário e antigo presidente da Câmara Municipal da Praia, Jacinto Santos, considerou que a venda dos 59,81% das ações do BCA à Coris Holding é “sem

dúvida um marco histórico da nossa integração económica na nossa sub-região sub-africana”.

“Será, sem dúvida, um factor de atração de investimentos privados do nosso Continente Africano, assim como um impulso à internacionalização das empresas e investidores cabo-verdianos em África continental, com principal realce na CE-DEAO”, enfatizou Jacinto Santos, desejando “sucessos” aos novos donos do BCA.

Fundada ou não, entre os operadores cabo-verdianos existe a ideia de que a actual administração do

BCA privilegia o financiamento de empresas de capital português. A vinda do Coris International Bank é aguardada por isso com alguma expectativa entre os empresários cabo-verdianos.

Também o Presidente da República, José Maria Neves, se congratulou com o a deliberação do BCV, afirmando tratar-se de uma “excelente notícia”, no quadro da estratégia de inserção competitiva do arquipélago na região oeste-africana e do apoio ao empresariado nacional.

Continua na página A6



Show ao vivo GRACE ÉVORA



Convidados especiais
JOHNNY FONSECA
NANUTU

29. NOVEMBRO | HANGAR 7
SÁBADO | 20:29



**BILHETES DISPONÍVEIS EM
SOLDOUT.CV
E POSTOS DE VENDA
HABITUAIS**

Idrissa Nassa, o novo dono do BCA

Idrissa Nassa, dono da Coris Holding e agora do BCA, é um dos magnatas de África, com uma fortuna estimada em largos milhões de euros. Tem 61 anos e integra a nova geração de empresários que vem dando cartas no continente, conquistando lugares outrora ocupados por grupos europeus.

Nassa começou pelo empreendedorismo, em 1985, no sector industrial, num espaço de três metros quadrados antes de se enveredar para o comércio internacional. Tinha então 21 anos e cinco anos mais tarde, portanto, aos 26 anos, já era um dos maiores comerciantes de bens de consumo do seu país.

Nos anos 2000 e 2001 Nassa decidiu diversificar os seus negócios investindo em diferentes sectores, inclusive numa instituição financeira no meio de uma crise institucional, a Financière du Burkina (FIB). Cinco anos depois, conseguiu colocá-la nas primeiras posições das instituições financeiras do seu país.

Em 2008, transformou a FIB num banco que passou a chamar-se Coris Bank In-

ternational. Em três anos, o Coris ocupava o segundo lugar entre as instituições bancárias do Burkina Faso, algumas das quais bancos internacionais estabelecidos há mais de 30 anos no país. Mas foi em 2018 que o Coris Bank alcançou o primeiro lugar entre os bancos que operavam no Burkina.

Conquistado o Burkina Faso, e partir da Costa do Marfim, o Coris expandiu-se, através de filiais noutros países da África Ocidental. Hoje, o Coris Bank International está em dez países. Além desses dois países, possui filiais no Senegal, Benim, Mali, Níger, Togo, Guiné Conacry, Guiné-Bissau e Chade, sendo Cabo Verde o novo mercado, com a compra de 59,81% das acções do BCA.

O grupo liderado por Idrissa Nassa emprega mais de 1800 funcionários, possui uma carteira de 700 mil clientes e com fortes ambições pan-africanas. Num tweet recente Nassa confessou que a sua ambição é construir um grupo financeiro para apoiar as economias africanas, com realce nas micro, pequenas e médias empresas, discurso este



reiterado na entrevista que concedeu ao A NAÇÃO, na edição 865, de 28 de Março de 2024.

De acordo com a revista Jeune Afrique, no sector financeiro na África Ocidental, tradicionalmente dominado por grupos europeus, os burquinenses estão em forte ascensão, com realce para duas marcas: o Coris International Bank, de Idrissa Nassa, e o Fidelis Finance, de Kouafilann Abdoulaye Sory, especialista em leasing. Ambos conseguiram em cerca de 10 anos estar entre os grupos mais bem cotados na Bolsa de Valores de Abidjan, Costa do Marfim.

DA


CGD garante conclusão da venda do BCA para Janeiro

A Caixa Geral de Depósitos emitiu um comunicado, na sequência de deliberação do BCV de de “não se opor ao projecto de aquisição” do BCA por parte da Coris Holding, reafirmando o seu compromisso com os colaboradores desse banco e os seus clientes, garantindo todo o apoio corporativo enquanto acionista até à efetivação desta alienação e subsequente entrada da Coris Holding na estrutura acionista do BCA.

A CGD informa o mercado que “o Banco de Cabo Verde anunciou publicamente, no dia 24 de novembro de 2025, a sua decisão de não oposição ao projeto de alienação pela Caixa Geral de Depósitos e aquisição pela Coris Holding de

59,81% dos direitos de voto e das ações representativas do capital social do Banco Comercial do Atlântico (BCA), conforme comunicado pela Caixa em 14 de março de 2024, e que se encontrava em apreciação desde 21 de junho de 2024”.

O banco liderado por Paulo Moita de Macedo diz que “considerando os atos societários e contratuais a executar na sequência da decisão acima mencionada, o processo de alienação deverá ser concluído durante o mês de Janeiro de 2026”.

O comunicado diz ainda que, após a conclusão da transação, a CGD continuará a manter a sua presença em Cabo Verde através do Banco Interatlântico. 

Ficha Técnica

A Nação emanário | Ano XVIII | Nº952 | 27 de Novembro de 2025 | Registo DGCS: Nº3/2007 | Registo ARC: Nº3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX) | Director: José Augusto

Sanches | Editor-Executivo: José Vicente Lopes | Editores: Daniel Almeida e Gisela Coelho | Jornalistas: Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Ro-

sário | Jornalistas Estagiários: Leliane Semedo | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes,

António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel

Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha

Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | Designers: Edson Spencer e Carmem Freire | Comercial & Marketing: Verónica

Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | Telefones: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | E-mail: jornalanaoacv@gmail.

com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | Impressão: Impressral Center | Tiragem: 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv



GARANTIA
SEGUROS



GARANTA UM LAR SEGURO PARA A SUA FAMÍLIA.

O seguro Multirrisco Habitação GARANTIA CASA é a solução ideal para si, para a sua família e para a sua casa. Oferece-lhe o melhor conjunto de garantias e vantagens.

Juntos por uma habitação segura e feliz.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

**GARANTIA
CASA**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde - NIF: 200110322 - Capital Social: 400.000.000 CVE - www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

São Vicente

Victor da Costa assume direcção do “Baptista de Sousa”

Além de Victor Moreira da Costa o novo Conselho de Administração do Hospital Baptista de Sousa (HBS) integra, igualmente, Paulo de Pina, Nilza Delgado, Laurinda Brito e Cátia Costa. A nova equipa será empossada hoje, pelo ministro da Saúde, Jorge Figueiredo.

O novo PCA do “Baptista de Sousa” é médico de carreira com vários anos de estrada. O mesmo chegou a integrar a administração do Hospital Universitário Agostinho Neto, na cidade da Praia, o maior estabelecimento hospital do país.

Saída discreta

A ora exonerada Helena Rebelo Rodrigues encerra funções após três anos de mandato, marcados por limitações e desafios, e a sua saída (discreta) indicia a falta de resultados concretos. A sua exoneração, publicada na segunda-feira no Boletim Oficial, surpreendeu a comunidade médica e hospitalar de São Vicente.

Rebelo Rodrigues e os seus pares foram empossados em Junho de 2023, pela então ministra da Saúde, Filomena Gonçalves, num

O Hospital Dr. Baptista de Sousa, em São Vicente, passa a ter, a partir desta quinta-feira, um novo conselho de administração. Helena Rebelo Rodrigues deixa o cargo de PCA em silêncio, passando a nova equipa a ser liderada por Victor Moreira da Costa, um médico com vários anos de estrada, com passagem pela administração do “Agostinho Neto”, na cidade da Praia.

João A. do Rosário



ambiente pouco ou nada saudável, tanto assim que os elementos da anterior administração não compareceram ao acto de investidura dos seus sucessores. A morte de bebés prematuros criou uma onda de insatis-

fação que acabou por ditar a queda da médica Ana Margarida Brito e de quase todos os elementos da sua administração. Desse colectivo apenas Helena Rebelo sobreviveu.

Velhos problemas

Como todos os hospitais de Cabo Verde, o “Baptista de Sousa” padece de vários problemas, que passam pelo nível de atendimento dos seus utentes, como também da sua própria gestão admi-

nistrativa. Recentemente, A NAÇÃO reportou que a confecção de alimentos é feita fora do recinto hospital, num local distante, elevando os custos de produção de alimentar.

Aliás, ao que soubemos, a saída ou a queda da anterior administração ocorre numa altura em que um dos sindicatos que actua no sector da saúde ameaça entrar em greve para ver resolvidas velhas pendências que afectam a vida dos trabalhadores do HBS.

O Governo, como é tradição, já anunciou que o objectivo é criar condições para o “bom funcionamento” do HBS, o segundo mais importante hospital do país, depois do HUAN, cobrindo as ilhas de Barlavento.

Na prática, o discurso oficial repete um velho mantra do “bom funcionamento”, sem especificar, contudo, o que isso significa e nem o prazo para essa meta, enquanto os corredores do HBS continuam cheios, as listas de espera longas, os equipamentos insuficientes e os utentes cada vez mais descrentes. Sem falar na falta de pessoal médico, principalmente, em certas especialidades há anos por preencher.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



A Nação
Cabo Verde

alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

α@ Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

PACOTES PUBLICITÁRIOS

Pacote Diamante - 95.000,00

1 página - Publicidade Revista
1 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Ouro - 55.000,00

1/2 página - Publicidade Revista
1/2 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Prata - 35.000,00

1/4 página - Publicidade Revista
1/4 página - 2 edição no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Preços com IVA incluído
Esta campanha é válida de
01 de Dezembro de 2025 a 31 de Janeiro de 2026

Telefone: (+238) 260 26 90/91
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

f o t v
anacaocaboverde

Gilda Monteiro, presidente da Associação São Vicente-Luxemburgo

“São Vicente precisa de soluções inovadoras e sustentáveis, que reduzam a poluição e criem valor económico”

O saneamento na ilha do Monte Cara pode ganhar um novo impulso com o projecto de gestão de lixo que a Associação São Vicente-Luxemburgo pretende implementar em parceria com a Câmara Municipal. Gilda Monteiro, presidente desse colectivo, afirma que “o objectivo é integrar soluções modernas de recolha, triagem e reciclagem, transformando o lixo em energia e matéria-prima”.

João A. do Rosário



São Vicente, a segunda ilha com maior concentração humana do país, enfrenta há décadas um problema estrutural: a gestão de lixo. A recolha irregular, a falta de triagem e a inexistência de soluções de reciclagem para os resíduos sólidos têm colocado pressão sobre o ambiente e a saúde pública. O Monte Cara, símbolo da ilha, convive com aterros improvisados e resíduos sem destino adequado. A população tem reclamado também da poluição, sem que soluções de fundo sejam adoptadas.

É neste cenário que a Associação São Vicente-Luxemburgo, dirigida por Gilda Monteiro, surge com propostas para ajudar a modernizar o saneamento nessa ilha e, ao mesmo tempo, criar oportunidades económicas e sociais.

Fundada em 1994, por cabo-verdianos naquele grão-ducado, a associação nasceu da vontade de manter viva a

ligação à ilha de São Vicente e contribuir para o seu desenvolvimento. Tudo começou, segundo a entrevistada do A NAÇÃO, há vários anos, a partir do primeiro torneio de inter-ilhas no Luxemburgo, com equipas de São Vicente, Santo Antão, Santiago e Resto das Ilhas (hoje União das Ilhas), que prossegue ainda hoje.

“O desporto é uma forma de unir pessoas e criar pontes. Os torneios inter-ilhas têm sido momentos de cele-

bração e de afirmação da nossa identidade”, sublinha Gilda Monteiro.

Gestão de resíduos

Segundo aquela activista, o projecto de gestão de resíduos nasceu de conversações entre os membros da Associação e com o desejo de envolver a Câmara Municipal de São Vicente (CMSV), inicialmente, antes das últimas eleições, em encontro com o vereador Rodrigo Martins.

“Queremos retomar o diálogo e adaptar o projecto à realidade da ilha. O lixo não deve ser visto como problema, mas como recurso”, afirma.

O plano prevê seis etapas fundamentais: a recolha e tratamento inicial dos resíduos domésticos, a classificação e separação por categorias (plástico, metal, vidro, papel/cartão) e a reciclagem e reutilização de materiais. Faz parte ainda a recuperação de energia através de processos

tecnológicos, compostagem para resíduos orgânicos bem como a eliminação segura de resíduos perigosos.

A entrevistada do A NAÇÃO sublinha que a associação aposta em parcerias internacionais: geminação com a VDL, financiamento europeu, apoio da Lux Development e cooperação com o Senegal, onde o lixo triado pode ser vendido como matéria-prima. “São Vicente precisa de soluções inovadoras e sustentáveis, que reduzam a po-

lução e criem valor económico”, reforça.

Rede de Empreendedores Sustentáveis

Paralelamente ao saneamento, a associação prepara outro projecto: a Rede de Empreendedores Sustentáveis, em parceria com a Adeco, associação de defesa dos consumidores. Neste caso o objectivo é capacitar 100 pessoas em Cabo Verde, com a possibilidade de gerar 20 microempresas.

“Este projecto complementa o saneamento, porque liga ambiente e economia. Queremos formar jovens e mulheres para que criem negócios sustentáveis, desde reciclagem até soluções criativas de reaproveitamento”, explica Monteiro.

Estrutura e dinamismo

A Associação São Vicente-Luxemburgo, segundo a nossa interlocutora, tem uma estrutura sólida. O Con-

selho de Administração é composto por seis membros: Gilda Monteiro (presidente), Odair Dias, Ardlies Dias e Vanda Lopes (vice-presidentes), Eduína Lopes (tesoureira) e Ana Fernandes (secretária). Para além do CA, há uma estrutura de apoio com 23 membros activos, organizados em três comissões (Desportiva, Mobilização e Actividades) e quatro pastas (Educação, Social, Cultura e Ambiente).

“Somos uma associação da diáspora, mas com raízes fortes em São Vicente. Queremos devolver à ilha parte do que ela nos deu, através de projectos que unem sustentabilidade, cultura e inclusão”, afirma Gilda Monteiro.

Cultura, desporto e mobilização

A associação não se limita ao ambiente. Já organizou o evento “I Love Soncent” no Luxemburgo, mobilizando a diáspora em torno da va-

lorização da ilha. No campo desportivo, os torneios inter-ilhas têm sido momentos de grande impacto, reunindo equipas de diferentes comunidades e promovendo integração.

“O desporto é também uma forma de educação e de mobilização social. Queremos que os jovens sintam orgulho em representar São Vicente e que o desporto seja motor de inclusão”, destaca a presidente.

Futuro

Gilda Monteiro diz que a Associação São Vicente-Luxemburgo quer continuar a amadurecer os projectos e consolidar parcerias, independentemente dos actores políticos.

“Não dependemos do calendário político. O que queremos é trabalhar com quem está no poder, seja agora ou no futuro, para que São Vicente seja referência em inovação ambiental, social e desportiva”, conclui.

A próxima edição do I Love Soncent será em Janeiro

O evento I Love Soncent terá a sua próxima edição no Luxemburgo, no dia 24 de Janeiro, promete trazer uma novidade significativa. Os cantores Diego e Fatú Djakitê serão as grandes estrelas da noite, num evento que vai contar também com a jovem talento Renata Santos (Luxemburgo), com actuações de quatro Dj's: Chu, Cadabra, Ravy e Aníbal.

A iniciativa surge como forma de homenagem à comunidade cabo-verdiana da diáspora, de Santo Antão à Brava, aos amigos de Cabo Verde e às instituições luxemburguesas que estiveram presentes aquando da tempestade Erin, que assolou São Vicente em Agosto passado.

Assim, em vez da t-shirt, os participan-

tes terão acesso ao ticket sem custo adicional e poderão contribuir voluntariamente através de uma urna instalada no recinto. O orçamento, que seria destinado à produção das 500 camisolas, será aplicado no projecto de capacitação de 100 pessoas em Cabo Verde, desenvolvido em parceria pela Associação São Vicente e a ADECO, ambas sediadas em São Vicente.

Com esta decisão, o I Love Soncent 2026 espera reforçar o seu papel de ponte entre a diáspora e o país, transformando um gesto simbólico em investimento direto na formação e valorização de cidadãos cabo-verdianos.

JAR

PUB

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
Cabo Verde

alfa radio
A diferença na arte de comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!



A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com

Mundial de Basquetebol 2027

Cabo Verde inicia com vitória a fase de qualificação africana

O embate em que Cabo Verde venceu os Camarões por 82-77, foi disputado no salão Multiusos de Radés, palco que três horas depois recebeu o outro jogo do grupo A entre os combinados nacionais do Sudão do Sul e Líbia.

Cabo Verde volta a jogar logo na Sexta-feira, 28, para a segunda jornada, desta feita diante do Sudão do Sul, partida que antecede o confronto entre Líbia e Marrocos.

A participação da equipa crioula nesta primeira fase encerra-se no Sábado, 30, diante da Líbia, logo após o jogo entre Camarões e Sudão do Sul.

Para esta fase de qualificação, Cabo Verde conta com os seguintes 10 jogadores inscritos: Anderson Gomes, Anim Delgado, Davide Buccilli, Flávio Fonseca, Ivan Almeida, Joel Almeida, Michel Kenneti Mendes, Patrick Lima, Roesley Mendes e William Brito.

Edy Tavares, jogador do Real Madrid e melhor defesa da Europa, assim como João Embalo e Diego Tavares desfalcam a selecção cabo verdiana esta primeira fase de qualificação.

A selecção cabo-verdiana de basquetebol sénior masculina iniciou, quinta-feira, 27, em Radés, Tunísia, com uma vitória sobre os Camarões, a primeira fase de qualificação africana para o Mundial'2027 que decorre até Domingo, 30 de Novembro. Além de Camarões, nos outros dois jogos desta fase, a selecção nacional, que não pode contar com Edy Tavares, melhor defesa da Europa, defronta o Sudão do Sul e a Líbia.

A Nação



A selecção cabo-verdiana, liderada pelo seleccionador Emanuel Trovoada, mais conhecido por Mané, encontra-se na Tunísia desde Segunda-feira, 24 de Novembro.

Comissão de Gestão destaca "apoios inequívocos"

"A Comissão de Gestão da FCBB congratula-se pelos apoios inequívocos recebi-

dos do Governo/IDJ, Comité Olímpico Cabo-verdiano, CV Telecom/Alô, FIBA ÁFRICA e da Federação de Basquetebol da Tunísia, apoiando na operacionalização desta

janela em tempo recorde e que têm sido incansáveis no apoio à delegação da Selecção Nacional, principalmente neste contexto desafiante em que nos encontramos", lê-se numa comunicação dessa Comissão de Gestão.

Recorde-se que, na sequência da contestação à actual direcção da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol liderada por Hélder Gonçalves, foi criada uma "Comissão de Gestão", liderada por José Semedo, com a missão de restaurar a credibilidade da modalidade e preparar a selecção nacional para a qualificação ao Mundial.

Por sua vez, o Instituto da Juventude e Desporto (IDJ), em representação do Governo, reconheceu oficialmente a referida Comissão de Gestão da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol como entidade legítima para representar Cabo Verde nas próximas competições internacionais e "para todos os efeitos legais de representação do basquetebol nacional junto das organizações nacionais e internacionais"

Mindelense conquista Supertaça de São Vicente

O Mindelense, campeão de São Vicente em título, conquistou, no último fim-de-semana, a Supertaça de São Vicente, ao vencer por 4-1, a equipa Falcões do Norte, finalista vencida da Taça de São Vicente na época desportiva 2024-2025.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

Golpe de Estado na Guiné-Bissau: militares tomam o poder e suspendem eleições



© Patrick Meinhardt/AFP

Num pronunciamento transmitido pela televisão estatal, o porta-voz militar, Dinis N'Tchama, declarou que estava instaurado o Alto Comando Militar para a Restauração da Segurança Nacional e Ordem Pública, que assumiria a “plenitude dos poderes de Estado” até que fossem restabelecidas “as condições para o pleno retorno à normalidade constitucional”.

As medidas anunciadas incluem a suspensão de todas as instituições da República, encerramento das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, toque de recolher obrigatório das 19h às 6h e interrupção das actividades dos órgãos de comunicação social.

O golpe ocorre num contexto de forte controvérsia po-

Na manhã desta quarta-feira, 26, Bissau foi palco de disparos ouvidos nas proximidades do palácio presidencial e de edifícios institucionais, enquanto homens em uniforme militar bloqueavam a principal via de acesso à residência do presidente. Poucas horas depois, um grupo de oficiais das Forças Armadas anunciou na televisão a tomada do poder, declarando o país sob “controle total” e suspendendo imediatamente o processo eleitoral.

Joaquim Arena

lítica. No último domingo, a Guiné-Bissau realizou eleições presidenciais e legislativas, nas quais cerca de um milhão de eleitores foram convocados — num pleito caracterizado por forte polarização e pela ausência do principal partido de oposição, o PAIGC, cujos candidatos foram barrados de concorrer. Ambos os candidatos principais, o actual presi-

dente Umaro Sissoco Embaló e o opositor Fernando Dias da Costa, reivindicaram vitória, logo na segunda-feira, antes que os resultados oficiais fossem divulgados.

Sissoco diz ter sido deposto

Em reacção ao anúncio militar, Sissoco afirmou, em en-

trevista à imprensa internacional francófona, ter sido deposto. Fontes militares informaram que ele e outros altos funcionários — entre eles, chefes das Forças Armadas e do Ministério do Interior — foram detidos e levados ao quartel-general do Estado-Maior. No entanto, segundo os militares (e ele próprio, em declarações à imprensa), ele estaria sendo

“bem tratado”, mantendo-se estranhamente em contacto com o exterior através do seu telemóvel pessoal.

As razões apresentadas pelos oficiais para o golpe falam de “um plano em curso” para desestabilizar o país, com suposto envolvimento interno e externo, visando manipular os resultados eleitorais e alterar a ordem constitucional. Os militares declararam que sua intervenção se destinava à restauração da ordem pública e da segurança nacional.

No entanto, a oposição no país e activistas na diáspora falam de um “falso golpe”, de uma “encenação”, destinada a impedir o anúncio dos resultados das eleições, pela CNE, que alegadamente dariam, logo na primeira volta, a vitória a Fernando Dias,

o candidato independente da oposição, apoiado pelo PAIGC, liderado por Domingos Simões Pereira, e outras forças políticas.

Historial de instabilidade

A Guiné-Bissau acumula um longo histórico de golpes e crises políticas desde a sua independência de Portugal, em 1973, com nove golpes ou tentativas de tomada de poder pelos militares em 50 anos. A frequência de rupturas institucionais e intervenções militares — muitas vezes justificadas por crises internas, disputa de influência e controvérsias nos processos democráticos — tem gerado desconfiança constante sobre a estabilidade institucional do país.

Em 2025, o país entrou num novo ciclo eleitoral que, desde o início, suscitou críticas de sectores da sociedade civil, pela exclusão de candidatos da oposição. O receio de manipulação política reacendeu o medo de mais uma crise, que agora se confirma. Para os analistas, esta última acção dos militares não é inesperada, mas fruto de padrões recorrentes de instabilidade, fragmentação social e militarização da política, com fortes suspeitas de Sissoco estar por trás dela.

Reacções nacionais e internacionais

Poucas horas após o anúncio do golpe, o grupo militar afirmou que assumia o poder “até novo aviso”, pedindo calma à população e prometendo restabelecer “a normalidade constitucional” no momento oportuno.

Do lado internacional, entidades regionais e observadores eleitorais manifestaram profunda preocupação. A CE-DEAO e a UA condenaram a ruptura institucional e pediram a imediata restauração da ordem democrática, exigindo o respeito pela vontade dos eleitores e a urgência na reinstalação do processo eleitoral.

Alguns ex-chefes de Estado, envolvidos na missão de observadores das eleições, fizeram apelo público para que os militares libertem os detidos e permitam o livre desenvolvimento do processo eleitoral. O porta-voz do secretário-geral da ONU disse que está a acompanhar a situação na Guiné-Bissau “com profunda preocupação” e apelou à “contenção e respeito pelo Estado de direito”.

Reacção de Cabo Verde

O Presidente da República, José Maria Neves, condenou a tentativa de golpe de Estado na Guiné-Bissau, afirmando

que em nenhuma circunstância deve haver recurso à força para subverter a ordem constitucional. JMN falou com o seu homólogo Umaro Sissoco Embaló e afirmou que está atento ao evoluir da situação pós golpe, para se evitar excessos e mais violência.

Numa nota de imprensa, o governo de Cabo Verde manifestou preocupação com o comunicado do autodenominado ‘Alto Comando Militar’ da Guiné-Bissau, que reivindica a tomada do poder, apelando à contenção e ao restabelecimento rápido da ordem institucional. Adianta ainda que tais actos são inaceitáveis, especialmente num país-irmão, membro da CPLP e da CE-DEAO, que já tem um histórico de subversão militar. De acordo com a nota, o executivo cabo-verdiano está a acompanhar atentamente a situação da comunidade cabo-verdiana neste país, através da embaixada de Cabo Verde em Bissau.

A situação reinante na Guiné é acompanhada por particular interesse em Cabo Verde, tendo em conta as relações históricas e irmãs existentes entre os dois países. Além disso vários milhares de guineenses vivem e trabalham em Cabo Verde, mantendo os seus vínculos com o país de origem.

PUB



FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96

radioalfacaboverde



UE reforça controlo das rotas migratórias do Atlântico

Mauritânia, Senegal e Cabo Verde: Frontex no centro da estratégia



Nos últimos anos, a rota atlântica tornou-se uma das mais perigosas e activas para migrantes que tentam alcançar a União Europeia. Segundo dados compilados, divulgados pela televisão Al Jazeera, quase 47 mil pessoas desembarcaram nas ilhas Canárias em 2024, através de travessias marítimas arriscadas vindas de países como a Mauritânia, Senegal, Mali e Marrocos.

Apesar de uma queda geral em 2024 nos números de entradas irregulares na UE — com um decréscimo de 38% segundo a Frontex, citada pela Reuters, a rota ocidental africana teve um aumento de 18%. A Frontex relatou, no Parlamento Europeu, que re-

Em resposta ao aumento persistente e dramático da migração irregular ao longo da chamada rota atlântica — que liga as costas da Mauritânia, Senegal e outros países da África Ocidental às Ilhas Canárias — a União Europeia (UE) lançou um ambicioso plano de cooperação com estes países, com o objectivo de reforçar a vigilância marítima, combater as redes de tráfico humano e gerir os fluxos migratórios. A Frontex (Agência Europeia de Guarda de Fronteiras e Costeira) desempenha um papel-chave nesta iniciativa, que se insere numa abordagem de “rota completa” para conter a emigração ilegal. E Cabo Verde poderá vir a ter um papel central na estratégia da europeia para conter a emigração irregular pela rota atlântica. Mas projecto não está isento de críticas de violação de direitos humanos.

Joaquim Arena

des criminosas ligadas ao tráfico de pessoas têm-se aproveitado da maior procura por esta rota, especialmente em

território da Mauritânia, para organizar partidas perigosas.

Parcerias estratégicas, financiamento e vigilância

Para enfrentar esta crise, a UE adotou uma estratégia multifacetada. Uma das peças fundamentais é a

cooperação com os países de origem e trânsito: Mauritânia, Senegal e também Cabo Verde figuram como parceiros centrais. Em Fevereiro de 2024, por exemplo, a UE acordou um pacote de 210 milhões de euros com a Mauritânia. De acordo com o jornal inglês The Guardian, esse acordo visa não só reforçar o controlo de fronteiras, por meio de patrulhas, vigilância costeira e apoio logístico aos guardas costeiros mauritanos, mas também fomentar projectos de desenvolvimento em energia e infraestrutura — uma aposta mais ampla para estabilizar o país e oferecer alternativas locais.

No Senegal, a UE destinou 30 milhões de euros para re-

forçar as capacidades das autoridades nacionais no combate às redes de contrabando, resgate de migrantes e assistência a pessoas vulneráveis. Por seu lado, o governo espanhol solicitou formalmente à Frontex autorização para patrulhar as águas senegalesas, reforçando o esforço para interromper as partidas em alto mar. Para coordenar todas essas acções, a União Europeia lançou a iniciativa Team Europe, que promove uma estratégia de diálogo com os países ao longo da rota migratória para actuar em conjunto, não apenas no destino, mas também no ponto de partida e no trânsito.

Frontex, críticas e impacto humanitário

A Frontex, que surge na linha da frente deste acordo, desempenha um papel central no

projecto. Esta agência europeia de guarda de fronteiras não só apoia operações de patrulhamento marítimo nas águas africanas, como também coopera diretamente com os serviços de segurança nacionais da Mauritânia e do Senegal. Relatórios recentes apontam para o desejo de aumentar a presença de agentes da Frontex, bem como a mobilização de equipamento e meios para apoiar a vigilância costal. De acordo com a informação da própria UE, o objetivo declarado é desmantelar as redes de contrabando, interceptar embarcações antes que entrem em mar aberto e, ao mesmo tempo, evitar tragédias humanitárias.

Embora as intenções da UE sejam apresentadas em termos de segurança e ordenamento migratório, a abordagem não está isenta de críticas. Organizações de direitos humanos aler-

tam para riscos de abusos nos países parceiros, especialmente na Mauritânia. Um relatório da Human Rights Watch, citado pela European Council on Refugees and Exiles (ECRE), regista detenções arbitrárias, maus-tratos, até tortura e operações de expulsão coletiva, em parte facilitadas pela cooperação europeia.

Além disso, segundo analistas de organizações como a Migreurop, a intensificação do patrulhamento costeiro e os investimentos da UE podem estar a reduzir os números de travessias, mas a custo elevado para os migrantes — com episódios frequentes de naufrágios, devoluções e condições perigosas nas operações de controle. Ainda em Janeiro deste ano de 2025, pelo menos 50 migrantes foram dados como desaparecidos ou mortos após uma viagem de

13 dias pelo Atlântico partindo da Mauritânia. De acordo com relatos do The Guardian, há também denúncias de corpos recolhidos no mar e de condições degradantes durante a interceptação nas águas africanas.

Segundo o periódico espanhol El Público, o acordo com Cabo Verde deverá ajudar a ultrapassar o fracasso das conversações entre a UE, o Senegal e a Mauritânia e a falta de acordo com estes. “O Frontex havia solicitado autorização para poder deslocar pessoal e equipamento para as suas águas territoriais ou em terra. Apesar dos sinais iniciais positivos, ambos os governos recusaram dar continuidade a essas conversações. Daí que os voos a partir da Praia se realizem em águas internacionais, fora das 12 milhas do Senegal, Mauritânia e da Gâmbia.

No entanto, também não está previsto que funcionários

da Frontex se instalem na cidade da Praia. “Os serviços de reconhecimento deverão voltar a contratar empresas privadas para o efeito. Os vídeos gravados no mar transmitirão em directo para a sede da Frontex em Varsóvia (Polónia).” Para além disso, adianta aquele jornal, “prevê-se que o futuro centro de operações de Rabat (Marrocos) dê apoio aos voos de vigilância aérea a partir de Cabo Verde”.

Segundo o mesmo periódico, os voos a partir de Cabo Verde “são a quadratura de um novo triângulo da política de externalização das fronteiras europeias. Uma arquitectura de contenção extraterritorial, que normaliza a excepção e institucionaliza (com dinheiro público europeu) a violação de direitos humanos por parte de países terceiros, o mais longe possível da opinião pública europeia.”

O papel de Cabo Verde

Cabo Verde surge como um actor estratégico na política migratória da União Europeia na rota atlântica, naquilo que são os esforços de vigilância e controlo através da sua colaboração com a Frontex e outras instituições europeias. Apesar de o arquipélago não ser visto como um país de origem deste tipo de migrantes, a sua posição geográfica — como plataforma no Atlântico — faz dele uma peça valiosa nas operações de monitorização e patrulhamento, especialmente nos voos de vigilância que partem da cidade da Praia.

Nos últimos anos, a cooperação entre Cabo Verde e a UE intensificou-se. A própria ligação institucional da “Parceria Especial” entre os dois parceiros inclui áreas de segurança marítima, defesa e migração. Em 2025, o Conselho da UE aprovou 12 milhões de euros em apoio ao país por meio do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (European Peace Facility), destinados a refor-

çar a capacidade da Guarda Costeira cabo-verdiana com um novo navio oceânico e a formação de pilotos para aeronaves.

O objectivo é que reforço naval e aéreo melhore o papel de Cabo Verde como plataforma operacional nas operações marítimas conjuntas com a Frontex e marinhas europeias. Espera-se que a nova embarcação oceânica e os pilotos treinados possam permitir à Guarda Costeira nacional patrulhar águas distantes, colaborando directamente com missões de vigilância para prevenir partidas irregulares e interceptações no alto mar.

Cabo Verde ganha importância geoestratégica

Paralelamente, Cabo Verde acolhe no seu território iniciativas que melhoram a partilha de informação e a cooperação técnica com a UE. Exemplo disso é a participação do país no projeto AIRCOP VI da UE,

que visa fortalecer a capacidade dos aeroportos para detectar tráfico de migrantes e outras ameaças via aviação. No Aeroporto Internacional da Praia, foi criado um Joint Airport Interdiction Task Force (JAITF), que integra instituições de Cabo Verde com agências internacionais para trocar dados em tempo real sobre passageiros, carga e voos suspeitos.

Além disso, o Programa de Cooperação Técnico-Policial e Protecção Civil (PCTPPC), em parceria com Portugal, promove acções de formação em controlo de fronteiras aéreas na cidade da Praia. Neste ano de 2025, teve início uma acção especializada para capacitar agentes cabo-verdianos em operações de prevenção do tráfico de pessoas, reforçando as competências locais na vigilância e inspeção dos voos.

Desta forma, os voos de vigilância que partem da Praia não servem apenas para patrulhamento local, mas funcionam como nós operacio-

nais num sistema mais amplo de observação do Atlântico. A partir de Cabo Verde, aviões ou drones podem contribuir para operações coordenadas com a Frontex, cobrindo rotas críticas de migração e ajudando a identificar embarcações suspeitas antes de chegarem a águas europeias. Embora a divulgação pública detalhada sobre o âmbito das operações seja reduzida, o reforço das capacidades aéreas cabo-verdianas e a cooperação institucional dos últimos tempos deixam claro que a Praia é uma base estratégica.

Com apenas alguns episódios isolados da chegada de embarcações, canoas, com imigrantes vindos da costa africana (senegaleses, sobretudo, nas praias da Boa Vista e de São Nicolau, mais recentemente), Cabo Verde poderá vir a ter um papel central na estratégia da UE/Frontex para conter a emigração irregular pela rota atlântica.

Luanda 2025, 7ª Cimeira UE-África

África e Europa renovam compromissos de parceria, mas sem direitos humanos

Apesar das promessas de paz, prosperidade e multilateralismo, feitas no final da Cimeira, à margem do discurso oficial, três organizações angolanas: Grupo de Trabalho de Monitoria dos Direitos Humanos, a OMUNGA e a AJPD, acusaram a União Europeia de ter afastado da agenda principal os direitos humanos, a democracia e a boa governação. A UE é acusada de privilegiar a energia, minerais e grandes projectos económicos, ignorando a pobreza e as denúncias de repressão.

Numa carta aberta, a AJPD denuncia violações sistemáticas de direitos humanos em Angola, incluindo repressão de manifestações, detenção de activistas e uma alegada instrumentalização do sistema judicial. Em declarações à rádio DW, Serra Bango, presidente da AJPD, acusa a UE de relativizar essas denúncias para tentar “recuperar a influência económica perdida para a China” e garantir espaço numa nova corrida global por recursos naturais e rotas estratégicas.

Angola acolheu, na sua capital Luanda, a 7ª Cimeira entre a União Africana (UA) e a União Europeia (UE), sob o lema “Promover a paz e a prosperidade através do multilateralismo eficaz”. A reunião marcou os 25 anos da parceria formal entre os dois blocos, iniciada no ano 2000, no Cairo. Um quarto de século de cooperação que procura consolidar, re direccionar e actualizar dia dos desafios globais e continentais do presente.

O anfitrião do encontro, o Presidente angolano João Lourenço (na qualidade de

Ao longo dos dois dias de cimeira, 24 e 25, os líderes africanos e europeus debateram, em Luanda, uma vasta gama de temas estruturais, reflectindo a complexidade dos desafios globais e a interdependência crescente entre os continentes. Entre os eixos centrais estiveram a paz e segurança, governança e multilateralismo; integração económica e comércio; transição energética e clima; mobilidade, migrações e juventude; bem como investimento, infraestruturas e desenvolvimento sustentável. Mas, da parte da sociedade civil angolana, ouviram-se vozes a denunciar a ausência no debate de temas cruciais para a população, como a repressão e a violação dos direitos humanos em Angola.

Joaquim Arena



presidente em exercício da UA) e o Presidente do Conselho Europeu António Costa foram acompanhados pela Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen e pelo Presidente da Comissão da UA Mahamoud Ali Youssouf — simbolizando o peso político deste momento para ambos os continentes.

Participaram, igualmente, chefes de Estado e de Governo de todos os países-membros da UA e da UE, bem como representantes de governos, sociedade civil, sector privado, juventude, académicos e actores de mobilidade e cooperação intercontinental — numa de-

monstração clara de que a cimeira buscava ir além do protocolo, visando um diálogo amplo e inclusivo.

Comércio, investimentos e integração económica

A cimeira reforçou o compromisso com a plena implementação da African Continental Free Trade Area (AfCFTA), representando uma aposta na integração económica africana e na construção de cadeias de valor regionais. Paralelamente, foi anunciada a continuidade — e em muitos casos intensificação — de investimentos através do programa

europeu Global Gateway, com destaque para a mobilização de capitais, apoio a pequenas e médias empresas, infraestruturas de conectividade e diversificação económica.

Projectos estratégicos foram realçados como prioritários, entre eles os grandes corredores de transporte e logística capazes de ligar regiões mineiras, agrícolas e industriais africanas aos mercados globais — com especial atenção a cadeias de valor de matérias-primas, minerais estratégicos e processamento local, rompendo com modelos exclusivamente extractivistas.

Transição energética, clima e desenvolvimento sustentável

Na declaração oficial e reconhecendo o potencial natural e demográfico de África, os líderes da UE e da UA comprometeram-se a acelerar a transição energética no continente, com metas ambiciosas para expandir energias renováveis, electrificação, acesso a energia limpa e promoção de tecnologias de baixo carbono. Entre os objetivos destacados — reforçados pelos acordos da cimeira — estão programas conjuntos para ampliar acesso à energia e serviços, promover cozinhas limpas e estimular modelos de crescimento resiliente e sustentável. Esse foco no desenvolvimento verde reflecte uma estratégia de longo prazo: não apenas para mitigar mudanças climáticas, mas também para estimular industrialização, geração de emprego, valorização de recursos naturais e redução da vulnerabilidade às oscilações do mercado global.

Questões de paz e segurança tiveram lugar de destaque. A cimeira reafirmou compromisso com os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), soberania nacional, integridade territorial e resolução pacífica de conflitos. A cooperação em missões de paz, no combate ao terrorismo, crimes transnacionais, desinformação e ameaças híbridas foi reforçada, valorizando-se a importância de missões civis e militares existentes da UE em solo africano no âmbito da sua

O mito do crescimento económico baseado na dependência do turismo de enclave



João Serra*

O turismo é hoje o principal motor da economia cabo-verdiana. A marca de um milhão de visitantes alcançada em 2023 confirma a recuperação robusta de um setor que, antes da pandemia, já representava mais de um quinto do PIB. É inegável o seu papel na criação de emprego, na atração de investimento estrangeiro e na geração de receitas fiscais. Contudo, esta dependência crescente levanta uma questão essencial: o turismo em Cabo Verde está a criar desenvolvimento sustentável ou apenas a sustentar uma ilusão de prosperidade?

Sob a aparência de sucesso, esconde-se uma vulnerabilidade estrutural. O modelo dominante, centrado em grandes empreendimentos “all-inclusive” nas ilhas do Sal e da Boa Vista, produz crescimento económico mensurável, mas uma integração económica mínima. O turista chega, consome e parte – quase sem deixar rasto económico nas comunidades locais. A maioria dos bens e serviços utilizados pelos hotéis é importada, e os lucros tendem a ser repatriados para o exterior. Trata-se, assim, de um modelo do enclave turístico que gera receitas, mas não cria valor endógeno.

Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia (PNE) de 2001, tem sublinhado que as economias que dependem excessivamente de um setor de enclave, dominado por capitais estrangeiros, correm o risco de reproduzir um “crescimento sem desenvolvimento”. Esta fórmula aplica-se com precisão ao caso cabo-verdiano: há expansão de indicadores macroeconómicos, mas persistem as debilidades estruturais – emprego precário, desigualdade regional e baixa produtividade.

O turismo, tal como recorda Amartya Sen, PNE de 1998, só contribui verdadeiramente para o desenvolvimento quando amplia as “capacidades” das pessoas – ou seja, quando cria oportunidades reais de escolha e de melhoria das condições de vida. Em Cabo Verde, a ex-

pansão do turismo ainda não se traduziu em maior autonomia produtiva, nem em diversificação económica, nem em reforço da coesão social. Ao contrário, tende a concentrar os benefícios nas ilhas turísticas e a marginalizar as restantes, onde a juventude continua a emigrar por falta de perspetivas.

A dependência de importações é um outro sintoma da fragilidade estrutural do modelo “all-inclusive”. Boa parte dos alimentos, bebidas e produtos consumidos nos resorts é adquirida fora do país. Isso representa uma “fuga de capitais” constante e reduz os efeitos multiplicadores do turismo sobre a economia nacional. A situação ilustra o que Paul Krugman, PNE de 2008, designa como o problema das “vantagens comparativas mal aproveitadas”: os países especializam-se num setor rentável, mas não criam mecanismos internos para capturar os ganhos de produtividade e valor acrescentado.

Em Cabo Verde, o turismo é uma vantagem comparativa natural – o clima, a localização geográfica, a estabilidade política e a hospitalidade do povo são fatores distintivos. Mas a ausência de uma política concertada de ligação entre o setor e a produção nacional faz com que essa vantagem se dilua. Um modelo de desenvolvimento que se limita a explorar o sol e o mar, sem integrar a agricultura, as pescas, o artesanato ou a cultura, é, inevitavelmente, um modelo de curto alcance.

Os dados do Banco Mundial confirmam a ambivalência do fenómeno: os grandes empreendimentos hoteleiros geram mais receitas fiscais e emprego direto, mas a sua interação com a economia local é mínima. A taxa de utilização de produtos nacionais é reduzida, e o turismo cultural ou comunitário permanece marginal. A consequência é uma economia que cresce, mas não se transforma. Como lembrava Douglass North, PNE de 1993, o desenvolvimento depende menos do crescimento do produto e mais da

capacidade institucional de criar incentivos duradouros à inovação e à inclusão.

Em Cabo Verde, essa falha institucional manifesta-se na ausência de políticas eficazes para integrar o turismo com os restantes setores. Falta logística, formação, certificação e apoio técnico aos produtores locais. A agricultura continua incapaz de responder às necessidades do mercado turístico, a pesca artesanal é subvalorizada e o artesanato luta por visibilidade e canais de distribuição. O resultado é um paradoxo: o turismo é o principal cliente potencial da produção nacional, mas a economia local continua excluída dessa relação.

A solução passa por repensar o modelo. Elinor Ostrom, PNE de 2009, defendia que a sustentabilidade económica e ambiental depende da governação partilhada dos recursos e da participação ativa das comunidades. No contexto cabo-verdiano, isso implica envolver as populações locais no planeamento e na gestão do turismo, garantindo que os benefícios se distribuam de forma equitativa e que as decisões não são tomadas apenas por grandes grupos económicos.

O reforço das cadeias de valor locais é, portanto, essencial. Criar parcerias entre hotéis, produtores agrícolas, pescadores e artesãos pode permitir que uma maior fatia da riqueza gerada pelo turismo permaneça no país. Mas para isso é necessário um papel ativo do Estado, como facilitador e regulador, garantindo qualidade, certificação e acesso ao mercado. Não se trata de substituir a iniciativa privada, mas de criar as condições para que ela floresça dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento inclusivo.

A formação de capital humano é outro desafio crítico. O setor turístico cabo-verdiano continua a depender de quadros estrangeiros nas áreas de gestão, restauração e hospitalidade. Sem investimento mas-

sivo em educação técnica e profissional, o país permanecerá refém de mão-de-obra externa e de modelos importados. O turismo deve ser uma escola de competências, não apenas um destino de empregos precários.

Além disso, sem resolver o problema da mobilidade interilhas, qualquer tentativa de diversificação turística será limitada. A ausência de transportes aéreos e marítimos eficientes impede a expansão do turismo para outras ilhas e dificulta a circulação de produtos locais para os polos turísticos. O resultado é um arquipélago economicamente fragmentado, em que a riqueza se concentra e o interior se esvazia.

A longo prazo, a questão central é saber se o turismo pode ser um instrumento de emancipação económica ou se permanecerá como um espelho de dependência. Cabo Verde precisa de transformar o turismo de um fim em si mesmo num meio de integração produtiva. Tal como argumenta Stiglitz, “um crescimento que não se traduz em oportunidades para todos é apenas estatística, não desenvolvimento”.

O país encontra-se, portanto, diante de uma escolha estratégica. Pode continuar a apostar num turismo de enclave, vulnerável às flutuações do mercado internacional, ou pode reinventar-se como um destino de autenticidade e sustentabilidade, onde cada visitante contribui para a vitalidade das comunidades e da economia local. Isso exige coragem política, visão e uma governação económica capaz de pensar para além do curto prazo.

Em suma, concluir que o turismo, isolado, resolverá os nossos dilemas económicos é ilusório; o verdadeiro impacto só emerge quando é gerido com visão e inserido numa política de desenvolvimento integrada.

Praia, 22 de novembro de 2025

*Doutorado em Economia

Em Cabo Verde, a expansão do turismo ainda não se traduziu em maior autonomia produtiva, nem em diversificação económica, nem em reforço da coesão social. Ao contrário, tende a concentrar os benefícios nas ilhas turísticas e a marginalizar as restantes, onde a juventude continua a emigrar por falta de perspetivas.



Germano Almeida

Carta aberta ao Bastonário da Ordem dos Advogados

Permito-me sugerir a V. Excia a ideia de solicitar a intervenção do Governo no sentido de este garantir uma pensão de aposentação aos advogados que o desmantelamento do IPAJ, sem os cuidados e cautelas necessárias na salvaguarda dos seus direitos, deixou ao desamparo.

Escrevo-lhe esta carta pública em meu nome pessoal, porém estou convencido que muitos colegas em situação idêntica a subescreverão.

Mas quero primeiro cumprimenta-lo pela renovação do seu mandato à frente da Ordem dos Advogados e desejar-lhe os maiores sucessos.

Como certamente se recorda, com data de 23.08.2023 enviei-lhe uma carta que dizia o seguinte: “Em abril do ano passado dirigi ao antecessor de V. Excia nesse cargo uma exposição na qual referi alguns constrangimentos por que passam os advogados inscritos no IPAJ e já em fim de carreira, sugerindo a necessidade alguma ação junto do Governo no sentido de os mesmos serem protegidos através de uma pensão de aposentação.

Passado mais de um ano não recebi ainda qualquer resposta, quer da Ordem, quer do Governo, pelo que venho renovar junto de V.Excia a solicitação, juntando a esta a antecedente exposição para os devidos efeitos.”

A carta dirigida ao seu antecessor tem data de 07.04.2022, e tem o seguinte teor: “Venho comunicar a V.Excia que no dia 31 de julho próximo completo 77 anos de idade, e como é igualmente o final do ano judicial, não pretendo continuar a minha inscrição na OACV a partir dessa data.

Para que mais facilmente compreenda a pretensão que lhe vou expor, começo por dizer-lhe que faço parte do IPAJ/OACV desde 1979. Aliás, fui presidente da comissão instaladora do IPAJ aqui em S. Vicente. E tendo continuado inscrito após a transformação do IPAJ em Ordem dos Advogados, posso dizer que tenho cerca de 40 anos ligado às duas instituições que, após a inde-

pendência, enquadraram a advocacia em Cabo Verde.

Quando instituímos o IPAJ, os advogados a ele adstritos ficaram sujeitos a diversas exigências e limitações, nomeadamente no que concerne ao recebimento de honorários, que eram pagos pelos constituintes diretamente na secretaria da instituição. Mensalmente, era entregue a cada membro uma percentagem dos honorários entrados em seu nome, num mínimo de dez mil escudos, mesmo para aqueles que não tinham alcançado essa quantia, até um máximo que não podia exceder a quantia de 35.000\$00. Toda a cobrança sobrança de honorários ficava na conta do IPAJ, adstrito aos fins que a sua lei orgânica estabelecia.

Essa espécie de funcionalismo público dos advogados tinha, no entanto, contrapartidas, traduzidas em direitos diversos. E de facto, os membros do IPAJ encontravam-se protegidos por direitos e garantias. Expressos em diferentes normas, nomeadamente no artº 7º da sua lei orgânica, alínea f), que lhes garantia o direito de beneficiar de assistência social, nos termos das leis gerais.

Entretanto, acontece o desmantelamento do IPAJ e a sua substituição pela Ordem dos Advogados. Porém, e como aliás veio a reconhecer o DL 23/2001, de 29/10, o DL 51/2000 que extinguiu o IPAJ e procedeu à criação da Ordem dos Advogados e aprovou os respetivos estatutos, acabou por se mostrar extremamente lacunoso e até pouco claro em diversas disposições em que os direitos dos advogados inscritos no IPAJ deveriam ter ficado melhor salvaguardados. E se é certo que esse referido DL23/2001 procurou resolver algumas dessas lacunas, mui-

tas outras subsistiram e continuam pendentes de resolução, pois que são de relevante interesse para os inscritos no IPAJ, e que, no entanto, não foram diretamente acautelados.

É certo que o artº 257º do estatuto da Ordem garante terem ficado salvaguardados os direitos adquiridos da inscrição e ingresso na OACV. Essa, no entanto, parece ser a única salvaguarda dos inscritos do IPAJ. Com efeito, nesse tempo não existia ainda a abrangência do Instituto da Previdência Social como existe no presente, e foram inúteis e baldados todos os esforços dos então dirigentes do IPAJ para se obter uma forma de proteção na Previdência que de alguma maneira pudesse abranger os membros do extinto IPAJ.

E é assim que aos profissionais do foro inscritos no IPAJ, e aos quais não foi permitida a entrada no esquema de Previdência Social a não ser há relativamente pouco tempo, não parece estar garantida uma aposentação quando atingido o limite da idade, o que traduz a negação de um direito social por excelência.

Assim, e não acreditando estar a OACV preparada para suportar o esforço financeiro que seria a concessão de uma pensão de aposentação aos membros do IPAJ não protegidos por alguma outra forma de apoio, permito-me sugerir a V.Excia a ideia de solicitar a intervenção do Governo no sentido de este garantir uma pensão de aposentação aos advogados que o desmantelamento do IPAJ, sem os cuidados e cautelas necessárias na salvaguarda dos seus direitos, deixou ao desamparo.

Ciente de que vai agir da forma que achar melhor e mais proveitosa para esses advoga-

dos, Apresento a V.Excia os meus melhores cumprimentos.”

Porém, desde essa altura, portanto, desde abril de 2022, que inutilmente venho aguardando uma qualquer resposta da parte da Ordem dos Advogados. Nenhum dos bastonários disse até hoje uma única palavra sobre esta questão que afeta-me a mim e a mais diversos colegas. De modo que, aos 80 anos de idade, sou obrigado a continuar inscrito na Ordem dos Advogados e teoricamente exercendo advocacia.

Nunca me dirigi ao Governo porque considero que o dever de resolução dessa questão compete essencialmente à Ordem dos Advogados, substituta mas também herdeira do IPAJ, portanto única entidade a que podemos estar ligados. Com efeito, a exagerada urgência que houve na substituição do Instituto do Patrocínio e Assistência Judiciária pela Ordem dos Advogados, levada a cabo por quem não lhe conhecia a história nem se interessou em saber dela, fez com que não tivessem sido acauteladas as garantias que deveriam ter rodeado os profissionais do foro não abrangidos pelo sistema de aposentação do Estado, já que lhes estava interdita a entrada na Previdência Social.

Mas infelizmente o IPAJ foi liquidado e enterrado como se fosse uma instituição já pútrida, desprezada que foi uma história de dignidade de que todos os advogados nele inscritos certamente se orgulham e reverenciam.

Fico, pois, aguardando que neste mandato que se inicia, alguma ação da parte de V.Excia seja levada a cabo no sentido de se resolver a pendente questão dos profissionais do foro ligados ao IPAJ. Com os meus cumprimentos.



Guiné

A situação em Bissau está a ser acompanhada em Cabo Verde com muita expectativa e preocupação, tanto por guineenses como por cabo-verdianos que ainda se emocionam com os golpes e contra-golpes no país irmão. Uma das perguntas que os cabo-verdianos das fotos têm estado a colocar-se a si próprios é: “Será que o nosso mano Sissoco, democrata como nós, sobrevive a mais esta chatices?” Uma outra pergunta: “A quem iremos agora recorrer para levar a democracia à Guiné?”...



Leadership

De tempos a tempos, alguém lá fora se lembra de organizar uma gala de “melhores de África”, e os nossos dirigentes, vaidosos como pavões em dia de romaria, ficam logo de mala feita. Desta vez, o ZIG observa com calma para ver se Austelino Correia, PAN, José Maria Neves, PR, e Irineu Camacho, boss da ENAPOR, também vão morder o isco brilhante do African Leadership Magazine. Até podem ir, mas pedimos, por favor, que não se esqueçam de pagar a conta da respectiva carteira. O dinheiro público, coitado, já está a pedir férias dessas aventuras.

Aval

O aval de quase 280 mil contos concedido pelo Governo para um operador estrangeiro reparar os estragos causados pelas chuvas de Agosto e concluir o hotel de cinco estrelas na Laginha, atiçou a imaginação dos mindelenses. De acordo com o apurado pelo ZIG, existe já uma multidão de “operadores” interessados no mesmo “melon”. O seu único problema é não serem “investidores estrangeiros”, nem terem no Governo quem lhes possa dar aquela mãozinha sob forma de milionário aval. Felizmente o Chico promete um Cabo Verde para todos. Aguardem.

Telegram

O cardápio de opções para ganhar dinheiro fácil está cada vez mais vasto. Até o ZIG tem recebido inúmeros links e convites para baixar aplicativos, onde só precisa fazer pequenas tarefas, e claro, arrastar mais dez amigos para fazer o mesmo e pronto: dinheiro na conta. Por incrível que pareça, há gente a cair como patinhos, e até a emprestar dinheiro na esperança de lucrar com estas inusitadas galinhas dos ovos de ouro. A cobiça e o sonho do dinheiro fácil ainda aliciam muitos cabo-verdianos.

Esquadriha

Com um avião com avaria grossa e sem certificado de operador aéreo, o Ministério da Defesa ordenou a construção de um edifício para o comando da esquadriha aérea. Para o efeito, foi disponibilizado um valor não superior a 7.349 mil escudos, conforme o despacho publicado no Boletim Oficial na quinta-feira, 20. Contudo, conforme reza a doutrina militar, o número mínimo de aviões para uma esquadriha pode variar, mas geralmente é de quatro a oito aeronaves. E sete mil contos, hoje em dia, mal dá para construir um barracão.



Golpe

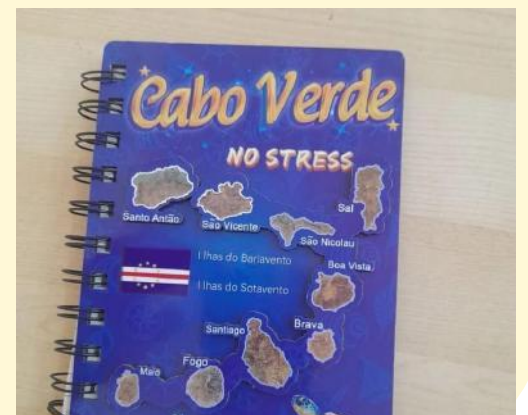
A PJ voltou a alertar para os golpes aplicados nas redes sociais, cada vez mais sofisticados. Órgãos de comunicação social, jornalistas e figuras públicas têm sido utilizados em reportagens e declarações falsas para promover esquemas de investimentos fraudulentos, com promessas de rendimentos rápidos e elevados. Com a Inteligência Artificial cada vez mais aprimorada, capaz de fazer qualquer um esfregar os olhos para ter a certeza daquilo que vê à sua frente, todo o cuidado é pouco. Em caso de dúvida, seguir a máxima: dod ê kmida de sébid!

PDM d' Gust

Depois de anos a jurar que o Plano Director Municipal (PDM) existia, a verdade lá escapou pela porta do concurso público: afinal, nunca houve documento algum. A própria Câmara, sem querer, confessou o que muitos já suspeitavam — o tal “plano” era só conversa fiada e furada, aquele clássico mindelense: muito discurso, zero papel. Planeamento não se faz com fé nem com conversa furada. As vítimas e os estragos de 11 de Agosto o comprovam.

Souvenir

A indústria chinesa anda com graves problemas de localização e distribuição das ilhas do “No Stress”. Sobre o desaparecimento de Santa Luzia falamos depois, por agora atentemos à nova disposição das ilhas, com a Brava a ficar mais perto de Santiago e assim, esperemos, acabam as críticas de que a ilha não é suficientemente abastecida com produtos idos da Capital. Já o Maio assume o posto de ilha mais ao sul do nosso arquipélago. O ZIG depara-se com cada coisa nos passeios de sábado. De pensar que este é o souvenir que muitos turistas levam de Cabo Verde. Uns querendo ir ao Maio ainda acabarão por aí parar à Brava. O importante é que continue a valer o nosso “No stress”.





GARANTIA
SEGUROS







**GARANTA
A PROTEÇÃO
DE QUEM
MAIS AMA.**

Como nunca se sabe o que lhe poderá acontecer no futuro, é essencial estar sempre protegido para poder proteger os seus. O Garantia Vida Individual é um seguro que garante a sua segurança e a dos seus familiares, oferecendo proteção financeira em caso de imprevistos.

Juntos para que a segurança da sua família não pare.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

**GARANTIA VIDA
INDIVIDUAL**

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Etc.



Filme "Aleluia"

Lura é 'Bia' no filme dos pescadores desaparecidos

Filme “Aleluia”

Lura é ‘Bia’ no filme dos pescadores desaparecidos

Na sua primeira reacção, como conta ao A NAÇÃO, ao ler o guião, da história do desaparecimento de quatro pescadores cabo-verdianos, em mar alto, “a história fez-me viajar ao encontro dos meus antepassados, uma espécie de identificação com a história, e recentemente estava mesmo a pensar que queria aprofundar este meu lado mais de actriz, perceber como é que posso começar a trabalhar mais este meu lado da interpretação. E com o convite do Zézé, parece que houve aqui um conjunto de coisas que se alinharam.”

Depois de um encontro entre ambos, Lura e Zézé, a cantora participou num casting, cumprindo formalidades próprias do cinema, “para ele também poder ver a minha pessoa e como eu poderia me adaptar a esse papel”, diz.

É no início das filmagens, é ela que conta como “o lado profissional se confundiu com o lado pessoal, comecei a sentir de forma muito natural toda aquela história e a vivenciá-la, o que acabou também por facilitar, acho eu, o ‘acting’, a interpretação; felizmente nunca tive na minha vida pessoal uma tragédia destas na minha família, perder um familiar no mar, mas imaginei as várias mulheres cabo-verdianas que já passaram por isso e rapidamente entrei na pele de uma dessas mulheres”.



No seu primeiro papel, a cantora Lura faz a estreia no cinema no filme “Aleluia”, do angolano Zezé Gamboa, interpretando a personagem ‘Bia’, a mulher do pescador “Julinho”, dono do barco que desaparece no mar, junto com mais três companheiros. Lura conta que recebeu o convite, mas já vinha pensando como o cinema fazia todo o sentido na sua vida. Conhecida como amante da dança (sonho de menina de ser bailarina), as suas actuações são sempre marcadas pelo espaço que o corpo e os movimentos ocupam no palco. Portanto, era muito natural que ela viesse parar ao cinema, como diz.

Joaquim Arena

Vestir a pele de ‘Bia’, mulher forte

Houve a necessidade de encontrar em si aquela mulher, ‘Bia’, “aquele nível de sofrimento, da mulher que perde o marido no mar, fica

com o filho, da esperança, da força, a fé, perseverança, sentimentos fortes que fazem parte da mulher cabo-verdiana, como pilar de uma sociedade”.

Dos palcos dos espectáculos musicais, para uma

mulher que fica em casa com a família, à espera do marido que sai para o mar, arriscando por vezes a vida, como se viu. Entre os momentos mais marcantes desta primeira experiência no cinema, Lura destaca o

dia em que, como mandava o guião, foi confrontada com uma situação mais forte.

“Numa das primeiras cenas filmadas na praia dos pescadores da Cidade Velha, a directora de actores disse-me, ‘olha há aqui um momento em que vais ter de chorar...’ Eu disse logo, ‘épá, esqueçam lá isso, eu sou uma pessoa que me emocio, mas quando é com audiência e me pedem assim para chorar, isso não vai acontecer, não vai ser possível, com muita pena minha’, etc., mas bastou a voz do assistente dizer Acção!, e fui tomada por uma emoção, uma coisa tão forte, que eu me surpreendi com lágrimas a sério e um choro que me marcou, pessoalmente, e aquele momento das filmagens; foi um desafio ultra-

Joaquim Matamba, “Julinho”:

“Tive de aprender o ofício de pescador, na Cidade Velha”

passado completamente.”

Foram pouco mais de duas semanas de filmagens, uma experiência particular, como Lura recorda: “Fazer cinema é um jogo de paciência; são vários takes, procurar o momento certo, a luz certa, filmamos, uma, duas, três, dez vezes, muita repetição, mas eu adorei o processo, de forma muito natural, até porque na música não é muito diferente”.

Depois desta estreia, Lura não tem dúvidas: “Foi uma experiência muito boa e quero continuar a fazer filmes, imagino-me no futuro a fazer mais cinema, que venham outros papéis para eu poder explorar as outras mulheres dentro de mim.”

Quem também não esconde a alegria em fazer parte do elenco do filme “Aleluia” é o actor angolano Joaquim Matamba, que interpreta o pescador “Julinho”, dono do barco naufragado em alto mar. Mas o prazer tem outras razões.

“Eu queria muito fazer parte dessa história passada num país que eu adoro, Cabo Verde, e dessa história de resiliência, a dos pescadores cabo-verdianos que vivem do mar e pelo mar, em que a sua humanidade é posta à prova; pensei logo, uau!, quero ser escolhido para isso, quero fazer parte disto”.

Matamba tem uma ligação com o Cabo Verde da diáspora, a partir do bairro onde cresceu, na Amadora, em Lisboa, como conta: “Cresci rodeado por cabo-verdianos, tenho muitos amigos de Cabo Verde de que gosto muito, essa era a primeira ligação, mas depois houve a cultura, a literatura cabo-verdiana, o próprio crioulo, era essa a minha ligação com Cabo Verde.” E ao chegar à Praia e Cidade Velha, recorda, “a minha primeira reacção foi de contentamento, já tinha estado no

Sal, como apresentador do CVMA, mas não pude ver muito, nada a ver com a chega à Praia, a Santiago.

Fazer de “Julinho” um pescador cabo-verdiano credível

Quanto ao seu papel, recorda que ao saber que ia fazer de “Julinho” ficou contente, embora nunca tivesse conhecido pescadores cabo-verdianos.

“Tive que mergulhar dentro da vida desses pescadores, em especial os da Cidade Velha, tive de estudar um bocado, passei algum tempo a ver vídeos sobre a sua vida, a história de Cabo Verde, investigar os maneirismos, para tentar saber que ‘Julinho’ é esse, como pode ser fisicamente, o seu caminhar, a maneira de falar, tirar a personagem do papel, ganhar vida e continuar a ser muito cabo-verdiano; no fundo fazer dele um cabo-verdiano credível, apesar de não falar em crioulo”, diz.

E teve a confirmação do realizador, de o ter conseguido, como conta. O actor angolano teve aulas de mer-



gulho e momentos de convívio com os pescadores locais, como recorda, para “aprender o ofício, de que eu nada sabia, como aprender a coser redes de pesca, a estar num barco no meio do mar...”

Pescadores, diz, que sempre o receberam bem, que lhe ensinaram “pequenos truques, grandes truques, ensinaram-me tudo, primeiro para eu me sentir integrado e depois para que conhecêssemos bem o trabalho deles”.

Zézé Gamboa, um realizador satisfeito

Concluídas as pouco mais de duas semanas de filmagens, na ilha de Santiago, Zézé Gamboa, o realizador, chama a atenção para o velho problema de quem faz cinema: o tempo.

“Sobretudo para quem faz cinema de autor e oriundo de países onde não há muito dinheiro para o cinema; aqui precisávamos de quatro semanas no mínimo para as filmagens, mas as coisas foram feitas e bem feitas, porque o ideal não existe no cinema com pouco dinheiro.”

Tirando o ‘luxo’ do tempo, o realizador está satisfeito com o trabalho. “Já tinha algumas cenas do guião cortadas para poder fazer tudo nesse tempo, mas grosso modo fiz quase tudo o que estava previsto, mas claro que se improvisa sempre, já que as coisas nunca correm como idealizamos.”

O saldo é positivo, as coisas correram bem, “quer com os actores cabo-verdianos, quer com os que vieram de fora, sem problema nenhum.” Tendo sido o casting feito ainda em Julho, o trabalho no terreno implicou mais a

direcção de actores. A presença de actores e de toda a produção na Cidade Velha terá deixado uma forte impressão, de acordo com o realizador.

“É um filme que fala de Cabo Verde, é um filme que é estruturalmente Cabo Verde e isso emocionalmente para as pessoas é bom.” E, em relação à personagem “Bia”, interpretado pela cantora Lura, para Zézé Gamboa, a primeira vez tem sempre a surpresa do relacionamento com a câmara.

“Ao filmar um concerto da Lura, ela está na sua praia, está completamente à vontade; já no cinema é diferente, não estás sozinho, tens a contracena, tens a câmara, tens a luz, tens marcações do ir a um ponto e dizer alguma coisa, depois sentas-te, há todo um esquema cinematográfico, que é outra linguagem, outro modelo. Mas não tenho dúvidas, acho que ela tem futuro no cinema, é só ser convidada e querer; senti que ela gostou também da experiência, que lhe ficará para a vida.”

“Aleluia”, filmagens seguem para Portugal

Depois das cenas em Cabo Verde, do início, do meio e do final do filme, a segunda parte das filmagens do “Aleluia” segue agora para Portugal, a partir do mês de Abril de 2026, onde serão filmadas as cenas de “alto mar”.

Provavelmente, na zona da praia de Sesimbra, Figueirinha, segundo o realizador. Os elevados custos com os efeitos especiais (chuvas, tempes-

tades, etc.) não permitiriam estas filmagens em Cabo Verde. Quanto a apoios nacionais para o filme, estes foram mais de âmbito institucional (ministérios das Finanças e da Cultura e Indústrias Criativas), diz.

“O que também é importante, foi um bom apoio, mesmo não sendo em dinheiro; por exemplo, todo o material que entrou em Cabo Verde foi isento de taxas, o que foi muito bom”, reconhece.



Carnaval/Praia

Grupos têm dívida liquidada e iniciam preparativos

Os grupos oficiais de carnaval da Praia já receberam da Câmara Municipal a última tranche referente ao carnaval 2025, no valor de 2400 contos. Com um adiantamento do MCIC, dão início assim aos preparativos para um melhor carnaval no próximo ano.

Natalina Andrade

Até a semana passada, os grupos aguardavam ainda o pagamento de uma última tranche referente ao último carnaval, e que vinham exigindo à Câmara Municipal da Praia desde Maio.

Este pagamento, confirmou o representante dos grupos e o vereador da cultura Jorge Garcia, foi feito na semana passada, trazendo alívio para os grupos, que, do contrário, começariam os preparativos para a festa do Rei Momo 2026 de forma apertada.

A liquidação da dívida da CMP aconteceu um dia antes dos representantes dos grupos deixarem o país para efectuar compras de matéria-prima no exterior, após terem recebido um adian-

tamento do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas (MCIC), no valor de 430 contos cada, ou seja, 50% do subsídio que será disponibilizado pela tutela, conforme explicou o presidente da Comissão Instaladora da Liga Independente do carnaval da praia, Gamal Mascarenhas.

Dois mil contos por grupo

Com a liquidação da dívida por parte da CMP, fica cumprida, pelo menos no que diz respeito ao carnaval 2025, a promessa de aumentar a verba para dois mil contos para cada grupo.

Para 2026, garantiu o vereador Jorge Garcia, o valor será mantido, estando a autarquia, neste momento, a discutir o calendário de des-

bloqueio para concertação com os grupos.

MCIC adiantou metade da verba e passagem internacional

Preveno os constrangimentos advenientes na tardia disponibilização das verbas por parte das câmaras, um problema que, aliás, conforme Gamal Mascarenhas, é antigo e transversal a outras câmaras, desde o ano passado os grupos solicitaram ao MCIC que adiantasse a verba do carnaval, de modo a permitir o início dos trabalhos com antecedência.

Assim, este ano cada grupo recebeu 430 contos, a metade do total do subsídio atribuído pela tutela, assim como uma passagem aérea



para a aquisição de matéria-prima no exterior, tendo em vista as limitações do mercado nacional.

Entre as opções de viagem para Marrocos, Portugal ou Senegal, três grupos escolheram Portugal e um escolheu Senegal, permitindo assim que o início dos trabalhos seja mais cedo do que o habitual.

Mais e melhor para 2026

Os grupos que desfilam na capital do país, diz Gamal, continuam a fazer o esforço anual de tentar melhorar a cada ano, desde a qua-

lidade dos adereços, organização, música, performance e figurantes.

“É o que todos os grupos fazem, na Praia ou em outros pontos do país. Mesmo os que estão mais avançados procuram se superar a cada ano e é isso que nos move, para dar ao público da Praia e de Cabo Verde o melhor carnaval possível”, frisou.

Até agora, está confirmada na Avenida Cidade de Lisboa a passagem de quatro grupos: Samba Jó, Unidos do Mar, Unidos de África e Bloco Afro Abel Djassi, embora este último não vá participar do concurso.



Criação de liga independente trará outro fôlego

Desde o ano passado os grupos de carnaval da Praia estão a trabalhar na criação de uma liga independente, à semelhança do que acontece em Mindelo e do que foi experimentado também no Sal (este acabou por ser desfeito). Já existe uma comissão instaladora e espera-se que, até o final do ano, a Liga esteja legalizada.

Com este passo, os grupos pretendem, não só rever os regulamentos

do carnaval, mas unir-se numa única voz na procura dos seus interesses comuns e ganhar mais força também junto das autoridades e patrocinadores.

“Podemos ser concorrentes na avenida, mas estamos todos a volta de um interesse comum que é a elevação do carnaval da Praia. Com uma liga teremos mais força, uma só voz, um objectivo em comum e todos sairemos a ganhar”, explica Gamal Mascarenhas.

Abel Djassi vai sair por amor ao carnaval

O Bloco Afro Abel Djassi não participou do carnaval 2025, em protesto contra a forma como foram conduzidas as avaliações no carnaval de 2024. Segundo o seu presidente, Gamal Mascarenhas, há uma série de anos que o grupo vem sofrendo com este tipo de problemas, desde regras que não são cumpridas conforme o regulamento até mecanismos de litígios dominados pela autarquia.

Diante deste cenário, o grupo entendeu que o concurso perdeu credibilidade e, após um ano ausente, este ano volta ao sambódromo, porém, “por amor ao carnaval”, para se divertir e não para competir. “Nós quando vamos a concurso vamos com seriedade, e exigimos que quem esteja a avaliar faça o seu trabalho também com seriedade”, terminou. NA



Miss Universo levanta debate sobre cyberbullying

A participação da cabo-verdiana Prissy Gomes no Miss Universo 2025, realizado na semana passada, na Tailândia, acabou por ultrapassar a passarela e transformar-se num episódio de debate. No centro da polémica estiveram ataques virtuais dirigidos à representante de Cabo Verde, que decidiu tornar público o impacto emocional causado pelas críticas, trazendo discussões sobre identidade, diáspora e cyberbullying.

Adelise Furtado

Dias após o concurso, feito no passado dia 21, sexta-feira, na Tailândia, no qual não conseguiu classificação entre as finalistas, Prissy divulgou um vídeo gravado na véspera das preliminares. Nele, ela aparece em lágrimas, relatando o desgaste psicológico provocado pelo excesso de insultos e comentários ofensivos recebidos durante as semanas em que representou Cabo Verde.

“Eu já não aguentava mais todas as críticas e ataques”, admitiu, por escrito na sua página do Facebook, explicando que os comentários sobre o seu corpo, identidade e aparência ultrapassaram todos os limites e tornaram-se “emocionalmente desgastantes”. “Tive muita hesitação antes de publicar este vídeo, mas acredito que é importante combater o cyberbullying”.

Críticas, identidade e a questão de representatividade

Grande parte da contestação surgiu após uma entrevista em que Prissy não falou em crioulo, nem em português, daí as críticas, os comentários mais diversos, onde alguns internautas defenderam que uma miss cabo-verdiana deveria saber “o básico da cultura” nacional, e que a modelo não possui ligação suficiente com o país.

De outro lado, há pessoas



que defendem que há muitos cabo-verdianos que não falam crioulo, não por falta de identidade, mas porque a emigração fez com que várias gerações de cabo-verdianos, ou seus descendentes, crescessem longe da língua, mas que mesmo assim não deixam de ser cidadãos e poder representar Cabo Verde na diáspora. E, por isso, os “cabo-verdianos

deveriam acolher e valorizá-los porque Cabo Verde também vive na diáspora”.

ONU: “A Violência digital” em foco

O caso da Prissy surge num momento em que a ONU Mulheres dedica a campanha global “Os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mu-

lhres”, de 25 de Novembro a 10 de Dezembro, ao combater à violência digital, uma das formas de abuso que mais cresce no mundo.

A organização alerta o assédio online, a perseguição, a desinformação de género, os ‘deepfakes’ e partilha não consensual de imagens estão a expandir-se rapidamente com o avanço tecnológico.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, tem apelado a tomada de medidas urgentes pelos governos, empresas de tecnologia e comunidades no sentido de fortalecer leis, acabar com a impunidade e responsabilizar plataformas digitais.

Sobre a carreira de Prissy

Priscilla Gomes, conhecida por Priossy Gomes, é filha de mãe malgaxe e pai cabo-verdiano, nascida no Tarrafal, ilha de Santiago. Formou-se em Design de Interiores e tornou-se modelo, apresentadora de televisão e fundadora do projecto “Educar é Libertar”, dedicado ao empoderamento de jovens mulheres cabo-verdianas.

Em 2017 participou no Miss Cabo Verde, título que lançou o seu percurso, também teve a sua participação no Miss Supranational 2017 e Miss Grand International 2018. Destacou no Worl Next Top Model 2021, onde ficou no top 5 e conquistou o título de World Next Top Model África e também foi vice-campeã no Worl Next Top Model 2022, representando a França.

O Miss Universo 2025 marcou a sua primeira participação no concurso mais prestigiado no mundo, enquanto representante oficial de Cabo Verde, uma experiência que se veio a revelar dolorosa.



Morre Jimmy Cliff, ícone do reggae, aos 81 anos

OBITUÁRIO

Jimmy Cliff, uma das figuras mais emblemáticas da música jamaicana e do reggae, morreu aos 81 anos, conforme anunciou a esposa, Latifa Chambers. Segundo o comunicado divulgado nas redes oficiais do artista, a causa foi uma convulsão seguida de pneumonia. Depois de Bob Marley e Peter Tosh, Jimmy Cliff era a última figura global da música reggae e o seu desaparecimento representa o fim de uma era para a música oriunda da Jamaica.

Joaquim Arena



Nascido James Chambers, na paróquia de Saint James, na Jamaica, Jimmy Cliff começou a sua trajetória ainda muito jovem. Aos 14 anos, já conquistava o público local com “Hurricane Hattie” — uma canção que o lançou no cenário musical jamaicano e marcou o início de uma carreira que duraria décadas. A sua mudança para Kingston, a capital jamaicana, foi fundamental para sua evolução artística. Aqui, inseriu-se num ambiente pulsante de música, cultura e resistência, absorvendo influências do estilo ska, rocksteady e, mais tarde, do reggae. Em 1964, Cliff assinou com a célebre editora Island Records, de Chris Blackwell, em Londres, o que o viria a projectar a nível internacional.

O impacto cultural de “The Harder They Come”

Um dos momentos mais decisivos da sua carreira foi sua participação no filme *The Harder They Come* (1972), dirigido por Perry Henzell, em que também interpretou músicas para a banda sonora. O

filme seria um marco na divulgação deste estilo musical, do seu nome e de outros jamaicanos. Depois dele, Cliff surge como porta-voz de uma cultura jovem, rebelde e resiliente. A canção-título do filme, bem como outras faixas, traziam mensagens de resistência, desigualdade social e esperança — temas que marcariam toda a carreira de Cliff.

Ao longo de sua trajetória, Jimmy Cliff acumulou sucessos que se tornaram hinos em

todo o mundo, como “Many Rivers to Cross”, “You Can Get It If You Really Want”, “Wonderful World, Beautiful People”, e ainda uma versão para “I Can See Clearly Now”, lançada em 1993 para o filme *Cool Runnings*, que alcançou sucesso global. Também merece destaque *Reggae Night*, faixa do álbum *The Power and the Glory* (1983), que se tornou um sucesso internacional e evidenciou a versatilidade de Cliff para misturar reggae com pop.

Reconhecimento e prêmios

Jimmy Cliff conquistou reconhecimento internacional e foi várias vezes homenageado ao longo da vida. Venceu dois Grammy Awards — por *Cliff Hanger* (1985) e *Rebirth* (2012). Além disso, foi agraciado com a Ordem do Mérito da Jamaica, uma das mais altas condecorações do país. Em 2010, recebeu ainda o prestigioso título de membro do Rock and Roll Hall of Fame, tor-

nando-se um dos poucos jamaicanos a conquistar esse reconhecimento, ao lado de Bob Marley.

Reações à partida

A notícia da morte de Jimmy Cliff suscitou comoção internacional. O primeiro-ministro da Jamaica expressou pesar, destacando que Cliff ajudou a elevar a cultura jamaicana no cenário global. Fãs em todo o mundo manifestaram gratidão e tristeza, lembrando como as canções de Cliff marcaram momentos difíceis, oferecendo consolo e inspiração. A sua esposa, Latifa Chambers, reforçou no comunicado oficial que o apoio dos fãs foi uma força constante para ele ao longo da carreira. Com a partida de Jimmy Cliff, o reggae perde uma de suas vozes mais autênticas e influentes. Fica a sua música e a sua forma de fazer a ponte entre realidades, a prova de que canções simples podem carregar mensagens profundas, e que a arte tem o poder de unir povos e culturas.



Jimmy Cliff com Gilberto Gil



Cancro em Cabo Verde

Entre avanços e desafios crescentes

O cancro tem-se afirmado como um problema de saúde pública em Cabo Verde, sendo já a segunda principal causa de morte no país. O aumento da quantidade de casos, sobretudo em idades jovens, e o diagnóstico tardio têm aumentado a pressão sobre os serviços de saúde. Entre desafios técnicos, estigmas e limitações estruturais, o país quer apostar na descentralização dos serviços de diagnóstico e tratamento, na formação dos profissionais de saúde e no reforço do Registo Oncológico.

Ilda Fortes

A nível mundial, o cancro é uma das principais causas de mortalidade, com milhões de novos casos diagnosticados anualmente. Em Cabo Verde, o panorama actual tem preocupado as autoridades e a sociedade em geral. Apesar de o país apresentar taxas de incidência inferiores às de outros países africanos, de acordo com a Coordenadora do Programa de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas, Carla Barbosa, tem-se assistido a um aumento gradual do número de casos diagnosticados, “reflexo do envelhecimento populacional, mas também da melhoria na capacidade diagnóstica e do fortalecimento do Registo Oncológico Nacional”.

Criado em 2022, o sistema tem permitido monitorar a incidência e características do cancro e apoiar a distribuição de medicamentos. “Este instrumento é essencial para o planeamento e monitorização das políticas públicas, apoiando a definição de prioridades, o de-

senho dos programas de rastreio e a avaliação do impacto das intervenções”, considera a Coordenadora.

Neste contexto, Cabo Verde é membro do African Cancer Registry and Network (AFCRN), o que permite o alinhamento com os padrões internacionais de vigilância oncológica e o reforço da cooperação. O país integra ainda o Centro de Expertise do Registo de Cancro nos PALOP, e tem apoiado na formação e capacitação de técnicos de países como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe na implementação do registo.

Cancros da próstata e da mama lideram incidência

Carla Barbosa explica que os grupos mais vulneráveis ao cancro em Cabo Verde são pessoas acima dos 50 anos, especialmente homens, e mulheres em idade reprodutiva ou pós-menopausa. Entre os principais factores de risco, estão o consumo de álcool, tabagismo, obesidade,

má alimentação e infeções crónicas como HPV e hepatites B e C. Além disso, o envelhecimento populacional e os estilos de vida têm contribuído para o aumento dos casos.

Em 2022, tinham sido registados 442 novos casos e, em 2023, de acordo com os dados preliminares, foram notificados 516 novos casos, sendo 53% em mulheres e 47% em homens.

Entre os homens, o cancro da próstata continua a ser o mais frequente e mortal, com uma incidência estimada de 35,5 por 100 mil habitantes e 50 mortes registadas em 2022. “O aumento da esperança de vida tem levado a mais casos. Além disso, muitos diagnósticos ocorrem em fases avançadas devido ao estigma e ao atraso na procura de cuidados médicos, o que contribui para a elevada taxa de mortalidade”, explica Carla Barbosa.

Nas mulheres, o cancro da mama domina o panorama, representando cerca de 17% dos casos diagnosticados



Carla Barbosa

dos e uma taxa de 34,4 por 100 mil habitantes. Segue-se o cancro do colo do útero, com uma incidência de 17,4 por 100 mil habitantes.

Novas tendências e impacto entre os jovens

Segundo Carla Barbosa, o Registo Oncológico Nacional tem revelado algumas tendências. “O cancro da mama continua a ser o mais frequente entre as cabo-verdianas, e os dados apontam para um ligeiro aumento de casos em idades mais jovens, muitas vezes com características mais agressivas”, avança.

Em termos estatísticos, os dados indicam que quase um terço das mulheres diagnosticadas em 2023 tinha menos de 50 anos. “Em vários desses casos foram identificados tumores de alto grau ou formas heredi-

tárias da doença, o que reforça a importância do diagnóstico precoce e do estudo genético”, explica a especialista. Esta tendência pode estar relacionada com factores como alterações hormonais, obesidade, hábitos alimentares e histórico familiar.

Para fazer face a este panorama, tem-se procurado reforçar a formação dos profissionais de saúde e expandir os programas de rastreio. Além disso, o Hospital Universitário Dr. Agostinho Neto (HUAN), na cidade da Praia, criou a Unidade de Patologia Mamária e prepara a criação de consultas específicas de risco familiar, com o objetivo de identificar precocemente mulheres com predisposição genética e, assim, reduzir o impacto do cancro da mama nas idades mais jovens.

Entre os homens, além



da próstata, destacam-se os tumores do aparelho digestivo, especialmente os do estômago, esófago e fígado, do pulmão e da bexiga, frequentemente associados ao tabagismo, consumo excessivo de álcool e infeções crónicas. Além disso, tem-se registado casos de cancro do pénis. “Embora seja menos frequente, quando ocorre, está geralmente ligado à infeção pelo Vírus do Papiloma Humano (HPV), à falta de higiene adequada e ao diagnóstico tardio”, alerta Carla Barbosa.

Rastreios dificultados por estigmas e falta de meios

No que se refere ao rastreio, os programas continuam a enfrentar barreiras, sobretudo devido a fatores culturais. “Persistem medos, estigma e algum desco-

nhecimento sobre o cancro, o que faz com que muitas pessoas adiem a procura de cuidados”, admite a Coordenadora. Além disso, “persistem desafios, sobretudo nas zonas mais periféricas, onde o acesso à informação e aos serviços de saúde é mais limitado”.

Ainda assim, considera que hoje a sociedade cabo-verdiana está mais sensibilizada para a importância da prevenção e o diagnóstico precoce e assiste-se a um aumento significativo na procura pelos rastreios do cancro da mama e do colo do útero na mulher e cancro da próstata, no homem.

Além disso, cada vez mais entidades, escolas, associações e empresas têm promovido ações de sensibilização e de rastreio, em parceria com as autoridades de saúde, sobretudo no âmbito das campanhas Outubro Rosa e

Novembro Azul. Carla Barbosa reconhece que essas entidades “são parceiras essenciais na mobilização social, na disseminação de informação e na promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para aumentar a consciencialização, reduzir o estigma e fortalecer a cultura de prevenção em todo o país”.

Não obstante, o país ainda enfrenta desafios no que se refere aos programas de rastreio, a nível técnico e financeiro. Para Carla Barbosa, é preciso “mais investimentos em recursos humanos especializados e meios de diagnóstico, sobretudo fora dos grandes centros urbanos”. A sustentabilidade das ações de rastreio também tem sido um desafio, o que exige um esforço contínuo de planeamento e coordenação.

Tratamento e planos de descentralização

Por outro lado, apesar de o diagnóstico do cancro ser realizado nos hospitais centrais e, em alguns casos, nos hospitais regionais e centros de saúde, “o tratamento continua centralizado no HUAN, na cidade da Praia, que dispõe do único serviço de oncologia em funcionamento no país, responsável pelo tratamento médico e acompanhamento dos doentes oncológicos. Para colmatar a situação, está em curso a criação de um polo oncológico no Hospital Dr. Baptista de Sousa, em São Vicente, que deverá funcionar como referência regional para o norte do país.

Em termos de tratamento, apesar de o país já dispor de quimioterapia, a radioterapia continua a ser uma das grandes lacunas, razão pela qual alguns doentes

continuam a ser evacuados para o exterior, sobretudo para Portugal. Carla Barbosa avança que o país já está a trabalhar na implementação deste serviço, considerando essencial para completar o circuito terapêutico e reduzir o impacto humano e financeiro das deslocações. Além disso, refere a necessidade de se reforçar a capacidade do HUAN ou, idealmente, criar um hospital nacional ou Instituto de Oncologia que integre valências fundamentais como a radioterapia, a física médica e outras áreas de suporte essenciais à rede nacional de cuidados oncológicos.

Ainda no que se refere ao tratamento, o país garante atualmente de forma gratuita o tratamento oncológico a todos os pacientes, incluindo consultas, cirurgia, quimioterapia, exames, bem como medicamentos de cuidados paliativos. O tratamento terapêutico tem sido complementado com apoio psicossocial aos pacientes e famílias, que inclui acompanhamento psicológico, social e nutricional, destacando-se a integração crescente de cuidados paliativos, disponível em várias ilhas.

“Este suporte é fundamental para ajudar os pacientes a enfrentar o impacto emocional e social do diagnóstico e do tratamento. O objetivo é garantir que os doentes em fase avançada recebam assistência digna, controlo adequado da dor e que as famílias tenham apoio”, explica Carla Barbosa.

Avanços, vacina do HPV e metas para 2030

Nos últimos anos, Cabo Verde tem investido na aquisição de equipamentos de diagnóstico e laboratório, para melhorar os meios de diagnóstico. Além disso, o país tem apostado no reforço dos cuidados paliativos, área em que já se destaca como o mais avançado entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A introdução da vacina contra o HPV no calendário nacional de vacinação é outro marco importante no que se refere à prevenção do cancro do colo do útero, embora os efeitos não sejam imediatos. Carla Barbosa frisa que o impacto deve-



O Hospital Universitário Dr. Agostinho Neto é o único do país que tem um serviço de oncologia"

rá ser mais visível daqui a cerca de 10 a 15 anos, com reduções significativas nas lesões pré-cancerosas e na incidência do cancro do colo do útero.

Para os próximos cinco

anos, o Programa de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas pretende continuar a trabalhar em parceria com diversas instituições na implementação de estratégias para melhorar

o panorama do país a nível das doenças oncológicas. “As prioridades passam por consolidar o Registo Oncológico Nacional, expandir os programas de rastreio e descentralizar os serviços

de diagnóstico e tratamento”, avança Carla Barbosa. Pretende-se ainda reforçar a formação especializada dos profissionais de saúde e fortalecer a componente de cuidados paliativos.

Até 2030, a meta é “reduzir a mortalidade, aumentar o diagnóstico precoce, garantir o acesso aos cuidados oncológicos em todo o território nacional e construir uma rede nacional integrada, eficiente e humanizada, com impactos na redução da evacuação dos doentes oncológicos para o exterior”, conclui a Coordenadora do Programa de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas, Carla Barbosa.

Estilo de vida, consultas regulares e rastreios

A adoção de um estilo de vida saudável, com uma alimentação equilibrada e exercícios físicos, evitando o uso do álcool e do tabaco, a realização de consultas regulares e a participação nos programas de rastreio têm sido apontados como fundamentais para reduzir o impacto das doenças oncológicas em Cabo Verde. Neste sentido, os especialistas alertam para que a população esteja atenta aos fatores de risco, assegurando uma maior probabilidade de diagnóstico precoce e de cura.

Para reforçar o apelo, as autoridades de saúde anunciaram no início do ano a iniciativa “2025 – Ano do Cancro”, sob o lema “Esperança e nós força, union é nos kura”. Através da realização de várias actividades, pretende-se melhorar a cooperação e o compromisso nacional de todos os setores da sociedade para o combate ao cancro no país.

ACLCC defende urgência da implementação da radioterapia

A Associação Cabo-verdiana de Luta contra o Cancro (ACLCC) defendeu recentemente uma maior urgência na implementação da radioterapia em Cabo Verde, exortando as autoridades a agilizar o processo. Em declarações à imprensa, o Presidente da ACLCC, Benvindo Lopes, defendeu que o tratamento do cancro que tem sido feito em Cabo Verde é seguro e tem tido excelentes resultados, mas ainda é incompleto.

“O tratamento da doença oncológica tem um protocolo (...) e fica incompleto quando o pacien-

te necessita da radioterapia para complementar”, explicou. Para terem acesso à terapêutica, os pacientes são obrigados a viajar para Portugal, o que muitas vezes não ocorre com a celeridade desejada. Reconheceu, no entanto, que, no que depende das autoridades cabo-verdianas, o processo tem decorrido na normalidade. No seu entender, a lentidão nos processos de evacuação prende-se muitas vezes com os problemas internos de Portugal no setor da saúde, pelo que é fundamental que o país implemente a radioterapia.



Benvindo Lopes



**ONDE SE FAZ O
JORNALISMO LIVRE...
DOA A QUEM DOER!**



Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv



Aidê Carvalho*

S. Miguel, Tarrafal e Santa Cruz

Entre lama e memória

São Miguel, Tarrafal e Santa Cruz enfrentam uma situação dramática. Caminhar por essas localidades do interior é sentir a dor do luto e o desespero estampados nos olhares dos homens e mulheres do campo. Cada conhecimento dessas perdas pesa em mim como se eu carregasse a tempestade inteira dentro do meu peito. (...) Por isso, é urgente apoiar as populações mais vulneráveis e os municípios afetados, como defendeu o Chefe de Estado.

Hoje, o “interior da minha alma” sofre diante da devastação causada pelas chuvas torrenciais que, de forma inesperada e impetuosa, varreram o Interior de Santiago em meados de novembro, deixando marcas que não se apagam facilmente. Uma vida humana perdida, casas destruídas, animais arrastados pelas enxurradas, famílias dilaceradas pela perda de seus bens e comunidades isoladas. Houve estragos consideráveis nas propriedades agrícolas, com campos verdejantes reduzidos a lama. A força da água danificou, também, infraestruturas hidráulicas e rodoviárias.

São Miguel, Tarrafal e Santa Cruz enfrentam uma situação dramática. Caminhar por essas localidades do interior é sentir a dor do luto e o desespero estampados nos olhares dos homens e mulheres do campo. Cada conhecimento dessas perdas pesa em mim como se eu carregasse a tempestade inteira dentro do meu peito.

Encontro forças para lidar com tanta tristeza, primeiro em Deus e depois nas memórias e nos afetos que me moldaram, lembrando-me de que, mesmo diante da dor, há raízes e horizontes que continuam a pulsar em nós. Falo concretamente do Tarrafal, São Miguel e Santa Cruz: o abraço que me antecedeu, a raiz firme sob meus pés e laços que moldaram a minha identidade.

O Interior da minha alma

Há lugares que simplesmente nos habitam, arrastando memórias como marés que nunca se cansam de voltar. E quando regresso ao Interior da minha alma, primeiro, encontro dois nomes entrelaçados como raízes que partilham o mesmo sopro da terra: Tarrafal e São Miguel. Na minha alma estão gravados, como se fossem ruas antigas onde ressoam passos familiares.

O Tarrafal chegou-me muito

antes de eu o conhecer. Veio pela voz dos meus pais, que ali viveram durante cerca de dez anos. Cresci a ouvir histórias das pessoas de “Kodji Bitxu”, daquele mar forte mas acolhedor que parece conversar com quem o observa, do Campo de Concentração onde o grito deu lugar a silêncio, do sol que se põe devagar, como as ondas que se estendem na areia, da luz que muda lentamente, como quem não quer interromper ninguém, e da calma de Ponta de Atum que se entranha nos ossos. O Tarrafal “dos meus pais” não era apenas um sítio no mapa. Era um estado de espírito, uma espécie de ensinamento silencioso sobre resistência das suas gentes, simplicidade de “Nha Mulata” e outras pessoas de Ponta Lagoa. O Tarrafal era, na voz deles, um lugar onde o tempo tinha outro ritmo e as pessoas eram “mais humanas e mais solidárias”. Diziam também que havia mais respeito, mais amizade e mais irmandade. E isso entranhou-se em mim, mesmo antes de eu lá chegar. E quando conheci “Nha Fenga” y tudo que ouvira ficou mais cristalino. Não eram meras palavras, mas sim murmúrios da alma.

Os meus três irmãos que me antecederam nasceram no Tarrafal. Eu fui gerado ali, envolto por muito amor. Talvez por isso o Tarrafal me habite assim, como um ponto de partida e um afeto antigo que nunca deixou de pulsar em mim. As vezes penso que, mesmo sem ter nascido lá, herdei dele um pedaço de horizonte.

E depois há São Miguel, a terra onde “vi a luz do dia” e dei os meus primeiros passos. Ali tudo me chega com a nitidez das memórias que nunca se apagam: o cheiro da terra molhada quando chovia, as vozes conhecidas que enchiam as ruas, as brincadeiras na lama, o jogo de “karanbola”. São Miguel, meu torão natal, é aquela parte da alma que nos lembra quem somos, de onde viemos.

Nasci na Calheta de São Mi-



guel, numa época em que tudo pertencia ao mesmo Município: o Concelho do Tarrafal. Não havia fronteiras administrativas a separar o que já estava unido pela vida, pelo quotidiano e pelas famílias que se cruzavam naturalmente entre montes e mar. Por isso, sempre senti que nascer em São Miguel era também nascer no Tarrafal — como duas portas diferentes que davam para o mesmo lar. Entre estes dois lugares construiu-se a minha identidade. São Miguel deu-me o primeiro mundo e Tarrafal ensinou-me que o mundo pode ser maior do que imaginamos. Mas, não se trata apenas de imaginação. Quando falo do Tarrafal, falo de caminhos reais, de casas habitadas por quem amo - onde mora o meu afeto, de memórias que não são apenas minhas, mas herdadas dos meus pais e irmãos mais velhos.

Entre a terra que me viu nascer e o mar que acolheu quem veio antes de mim, assim vivo: no meio

deles, a aprender que a alma também tem geografia. Há lugares que não apenas fazem parte da nossa história, mas também, que moldam o próprio contorno da alma. São Miguel foi o meu início, mas sempre dentro do abraço maior do Tarrafal.

Santa Cruz, outro ponto de luz

Estudei o ciclo preparatório em Santa Cruz. Não é porque não havia Escola em São Miguel. Mas porque, como todos diziam, eu era o “carrapato” do meu saudoso pai. Ele trabalhava em Jaracunda como técnico agrícola e me matriculou na escola em Pedra Badejo. Todos os dias viajávamos juntos de moto até Santa Cruz. Quando o trabalho o retinha por mais tempo, a casa de Dona Minda transformava-se em meu refúgio, acolhendome com cuidado e calor, enquanto esperava. Foi nesse trajeto, entre a



estrada e os gestos de carinho, que aprendi que lugares podem nos formar tanto quanto as pessoas que neles habitam.

E foi assim que Santa Cruz entrou na minha vida: primeiro pela escolha do meu pai, depois pelo carinho meu. Hoje, também é o interior da minha alma, um lugar que me moldou, deixando rastros de ensinamentos e uma luz suave que ainda me guia.

O pão com doce de coco de Dona Minda, em Achada Fátima, era mais do que um sabor. Era memória de criança e prova de que a ternura também se encontra nas coisas simples.

Doce passado versus presente amargo

Historicamente, Santa Cruz destacou-se pela riqueza agrícola, sobretudo pela produção de banana destinada ao mercado europeu. A agricultura, tanto de regadio

como de sequeiro, sempre constituiu a principal atividade econômica do município. A produção de banana era tão forte que Santa Cruz se tornou o maior centro produtor do fruto em toda a ilha de Santiago, com exportações que se prolongaram até ao início dos anos 90. Recordo-me bem: quando viajava de moto com o meu pai, João Baptista, no percurso Pedra Badejo-Calheta, fazíamos sempre uma paragem em Santa Cruz, perto de Justino Lopes, para saborear uma banana madura. Um ritual simples, mas que ainda hoje guardo como uma boa lembrança de infância e adolescência.

Hoje, porém, essas memórias contrastam dolorosamente com a realidade, entristecendo o interior da minha alma. As chuvas torrenciais deixaram um rasto de destruição. Em Cabeça d'Horta, perto de Justino Lopes, casas foram inundadas por lama, estradas e terrenos agrícolas sofreram danos

severos, e várias comunidades ficaram isoladas. Todas as oito ribeiras de Santa Cruz foram afetadas, com Cumba, Ribeirão Almaço e Cabeça de Horta em situação crítica, registando enormes perdas materiais.

Quando cheguei a "Fonte Bedja", em São Miguel, as memórias de infância também se contrastavam fortemente com o cenário atual. Ali, apanhávamos água, com um balde pendurado na corda e, quando chovia, eu, meus irmãos e amigos corríamos pelo meio das águas para apanhar cocos, papaias e outros frutos que vinham nas cheias. Hoje, o lugar, recentemente inaugurado pela Câmara Municipal e, depois, visitado pelo Presidente da República, está coberto por lama e marcas de destruição, lembrando-nos como a natureza, tão generosa, também pode ser implacável.

Neste concelho, as quatro bacias hidrográficas do município (Ribeira Principal, Ribeireta, Flamengo e Campo Grande / Calheta) foram severamente afetadas. Monte Bode, Bacio, Varanda e Mato Dentro, ficaram isoladas devido à destruição de acessos. Segundo a edilidade, cerca de 30 habitações sofreram danos significativos, deixando mais de quatro dezenas de famílias em situação de risco, algumas das quais perderam completamente as suas casas. A agricultura também foi severamente afetada, com hortas, sistemas de rega destruídos e animais sem vida.

No Tarrafal, as chuvas ceifaram uma vida e causaram graves inundações em várias áreas, especialmente em Chã Bom e Vila Centro, afetando casas e várias infraestruturas. No setor agrícola, o Fundo de Fonton teve perdas em hortas, animais e construções hidráulicas. Outras áreas críticas incluem Ponta Lagoa, "Kodji Bitxu", Centro da Vila, Praia de mar, entre outras localidades. Agora, o Tarrafal "dos meus pais" parece lutar para resistir.

O Impacto das Barragens

As chuvas trouxeram enormes prejuízos, deixando muitas famílias em situação difícil. No entanto, nem tudo foi negativo. Algumas barragens transbordaram, enquanto outras acumularam grande quantidade de água, garantindo reservas essenciais para os meses seguintes, o que será crucial para a agricultura e o abastecimento das comunidades. De destacar a barragem dos Flamengos que transbordou pela primeira vez. Além disso, os solos receberam nutrientes importantes, fortalecendo o crescimento das plantações e recuperando áreas que estavam mais secas. Na Ribeira de Principal, ouvi muitas vozes preocupadas, mas também agradecidas. "Se não fosse a barragem para conter a força das águas, a destruição teria sido muito maior", disse-me um morador, enquanto olhava para o leito agora controlado e tranquilo.

O Presidente da República, José Maria Neves, visitou os municípios afetados e deixou um alerta que ecoa para além das águas: a necessidade de nos prepararmos para o futuro. Investir em infraestrutura e em medidas de prevenção não é apenas uma questão de política, mas de sobrevivência. "Temos de contar com as mudanças climáticas: ou enfrentamos secas severas ou chuvas torrenciais", disse, lembrando-nos que o amanhã exige cuidado e planeamento hoje. Neves defendeu investimentos urgentes em infraestruturas de prevenção, como a "correção torrencial", a construção de diques, a plantação de árvores e o reforço da resiliência de ribeiras e bacias hidrográficas, preparando assim as comunidades para enfrentar eventos extremos. A natureza impõe os seus desafios, mas cabe a nós aprender a enfrentá-los, com sabedoria, solidariedade e visão de futuro.

Hora de agir

A situação em São Miguel, Tarrafal e Santa Cruz é considerada dramática, o que levou o Governo a declarar o Estado de Calamidade. No entanto, o que vemos nas televisões ou nas redes sociais é apenas a ponta do iceberg. Por trás das manchetes, há histórias não contadas, sofrimentos silenciosos, desafios diários, como a luta para uma família levar uma panela ao lume.

Por isso, é urgente apoiar as populações mais vulneráveis e os municípios afetados, como defendeu o Chefe de Estado.

Muitas pessoas precisam não apenas de alimentos e bens materiais, mas também de apoio psicológico. Há traumas tão profundos quanto a lama e as pedras que invadiram e destruíram as suas casas. Hoje muitos vivem com medo depois das chuvas de 13 e 14 de novembro. A devastação deixou marcas profundas também na alma.

O povo cabo-verdiano é resiliente e já demonstrou inúmeras vezes que é possível se reerguer, mesmo quando tudo parece perdido. É nesse espírito que devemos continuar a agir. É hora semear a esperança, também com gestos solidários. Uma mão estendida, uma palavra de apoio ou uma contribuição é essencial para cuidarmos uns dos outros e reconstruirmos o que foi destruído pela força da natureza. A solidariedade deve ser mais forte do que qualquer dificuldade. O apoio da diáspora que sempre esteve pronta para estender a mão é fundamental. Precisamos unir forças e transformar a dor em esperança. Sei que mesmo onde a enxurrada levou tudo, brota a vontade firme e persistente de reconstruir. O meu desejo é que as minhas memórias não fiquem enterradas na lama e o que foi perdido possa florescer novamente na lembrança e na ação de cada um.

***Conselheira da Presidência da República**



Marciano Ramos Moreira*

Nu ben konta partis

Ti ki bu more, N ta kume-bu!

Un dia, agia ba punde iena la se toka. Es konxeba dja tenba txeu tenpu i, desdi prinsipi, es fika amigu kunpanheru.

Agia e un animal ki ta parse un poku ku nos korpu. Konparadu ku korpu di korbu, agia ta kria mutu mas. El ten fama di ta odja ben di lonji i di ser exselenti kasador.

Iena e un animal ki ta parse un poku ku nos katxor. Konparadu ku korpu di katxor, iena ten kadera mas baxu. El ka ta ataka animais bibu pa mata-s i, dipos, kume-s. Iena ta kume prinsipalmenti animais ki el ta atxa mortu.

- Bon dia, iena! – agia fla iena mantenha dipos di el parse di rapenti, sima ki el kapri di nuvens, di el faze un aterajen rapidu, barulhentu i surpriudenti.

- Uffff! Bu spanta-m! N pensa algun animal mau ki sa ta ben dadji na mi! Bon dia, agia! – kudi iena, ki staba detadu na sonbra di un arvuri, sukundidu na meiu di penedus, ta djongo, ku aspetu di animal sfomiadu.

- Modi bu sta di korpu, iena?

- Alen li ku fomi. N sa ta spera sukuru fitxa pa N ba fandata pa es txada li pa N odja si N ta atxa algun kada-

bra. I, abo agia, bu sta fixi?

- Ami, N sta fartu i forti, sima di kustumu. Mi, N ka ta xinta pa N spera pa algun animal more pa N kunsu kume-l. N ta kasa-l bibu, mata-l, kume-l kenti i fresku. N ka ten di fika ta ñarñari karni podri pa es txada li. Es txada sta ban di animais bibu. Nffff! Bu sa ta txera fedi, iena! Dexa-m fika di otu ladu, di ladu di undi bentu sa ta ben propi.

- Sin. Dja N obi ta fladu ma bu ten garas forti, kapas ti di karega un kriansa. Ma bo e rapidu sima xintidu, speru ki nen ratu grexa, bazofu sima pavon. Bu ten razon: N sa ta txera mariadu me. Diskulpa-m! N kreba ba toma banhu la na kel lagoa la dibaxu pa N tra fedor di un karni podri ki N kume na ontonti. Mas N odja un lion na kel zona ka dura li, di manera ki N tene medu di sai di bera di nha toka.

- Iena, bo e kobardu!

- N ka sabe si inda kel lion sta nes zona li. Ti ki pasa txeu tenpu sen N odja-l na bera di lagoa, ti ki N ten serteza ma dja el ba se kaminhu, N ta kunsu txiga pertu di lagoa.

- Bu ka meste fika ku sedi i ta txera fedi asi. Spera N bua, N ta djobe. Ti ki N odja kel lion ta durmi, N ta faze-bu si-

nal, bu ta ba kel lagoa la baxu la.

- Kredu! N ten medu. Lion pode korda na mumentu ki N ta sta ku boka na agu nsodadu, i, zas, el ta pega-m i mata-m seku rusu!

- Ka dja N fla-bu ma bo e mufinu di me disisu?! Dja N obiba ma bo e medrozu, mas, oji, N sa ta odja ma bo e mas pioku ki N ta pensaba. Mas, iena, bu ka obi ta fladu ma kenha ki ka ta riska, ka ta pitiska?!

- I abo, agia, ningen ka konta-bu ma kobardu ka ta purguntadu korpu modi sta?! Dexa-m ketu na nha kabu! Nha manera di ser ta po-m kore menus risku nes selva, undi prigu sa ta spreta-bu pa tudu banda, ti dentu di bu toka.

- Sta ben! Sta ben! Bu pode xinta, spera!

- E si propi, agia!

- Ami e rei di seu! Sta asi xintadu djuntu ku un koi-tadu, sima bo, ta da-m fomi. Spera N ba kasa. Oh kobardu, djobe-m undi N ta ba atera, bu ba xobexa, ti ki N farta, N ta da-bu restu! – agia ñuli iena ku desprezu, bua ku tudu bazofaria, subi riba la na altura, fika ta ronda.

Un bokadu, agia dixi numa forsa, bu ta fla un pedra ki sa ta kai, na direson di

un kuedju. Kantu agia ta toka na txon, e si ki kel kuedju skiva zas. I agia, na nves di da na kuedju, ba sota vupu nun pedra ki staba, antis, tras di kuedju. Agia sota na pedra, dadji tufudja!

Iena odja tudu di lonji. Iena odja ma agia sa ta patixa. Dipos, iena sumara pa el odja si ka sa ta parse na kel lugar ninhun animal kapas di sota-l, ael iena. Iena spera. Na boka noti, el ba, ku tudu kudadu, pa kabu undi agia sa ta patipatiba un stiku bai na txon:

- Agia, abo?!

- Inda N ka more, nau! Mesmu sima bu sa ta odja-m li, inda N ta da-bu na ku! So bu ben ku bu bokona fedi pa ben kume-m, bu ta konxe forsa di nhas gara! So piskos ki N ntridja!

- Agia, abo e bon na kasa animal. Ami, mi e bon na sabe si un animal sta sin di more. Bu tene piskos kebradu. Sima bu sta la, bu ka ta skapa nun xota. N ka tene presal N ta xinta, N ta spera: ti ki bu more, N ta kume-bu!

Sapatinha rubera riba, sapatinha rubera baxu, kenha ki sabe mas, konta midjor!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB

GRUPO ALFA

*Deseja / Wishes / Souhaite
Boas Festas e Feliz Ano Novo
Merry Christmas and Happy New Year
Joyeux Noel et Bonne et Heureuse Année*

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
CASA VIVA

Prato cheio

Sarapatel de porco

Ingredientes:

- 800 gramas de miúdos de porco (também conhecido como sarapatel);
- Água fervente para escaldar o miúdos;
- 2 colheres de sopa de óleo;
- 2 colheres de sopa de vinagre de maçã;
- 1 cebola;
- 2 dentes de alho;
- 1/2 pimentão verde;
- 1 tomate;
- 2 colheres de sopa de molho de tomate;
- Água para cozinhar até cobrir;
- 1 pimenta-dedo-de-moça sem sementes;
- Sal a gosto;
- Pimenta-do-reino a gosto;
- 1 colher de sobremesa de colorau;
- Cominho a gosto;
- Orégano seco a gosto;
- Cheiro-verde picado a gosto;
- Coentro picado a gosto.

Modo de preparo

Higienize os legumes e folhas. Descasque a cebola e o alho e pique-os em cubinhos. Corte o tomate em cubos. Retire as sementes e partes brancas do pimentão e pique-o em cubos. Separe todos os ingredientes na bancada. Ferva a água e escale os miúdos. Depois, escorra e lave-os em água corrente. Leve uma panela com água para ferver e, quando ferver, cozinhe os miúdos por 2 minutos. Escorra novamente, coloque-os em uma tigela e tempere com sal, pimenta-do-reino e vinagre de maçã. Misture bem para os temperos incorporarem em todos os pedacinhos e reserve, em seguida numa panela de pressão, aqueça um pouco de óleo e refogue a cebola até começar a dourar. Acrescente o alho e refogue por mais 1 minuto. Adicione o colorau e misture para dar cor ao prato.

Adicione os miúdos à panela e misture bem com os ingredientes. Refogue em fogo baixo por 3 minutos, mexendo ocasionalmente. Acrescente o cheiro-verde picado, o orégano, o cominho, o tomate e o molho de tomate. Misture para incorporar e refogue por mais 5 minutos. Coloque água até quase cobrir o sarapatel. Tampe a panela e, após pegar pressão, cozinhe por 20 minutos. Desligue o fogo e deixe a pressão sair naturalmente. Enquanto isso, pique a pimenta-dedo-de-moça em cubinhos para finalizar o preparo. Abra a panela e acrescente o coentro e a pimenta-dedo-de-moça picada. Volte ao fogo médio por mais 5 minutos, mexendo ocasionalmente. Prove o sabor e ajuste o sal, se necessário. Desligue o fogo e sirva bem quente, acompanhado de farinha. Aproveite!



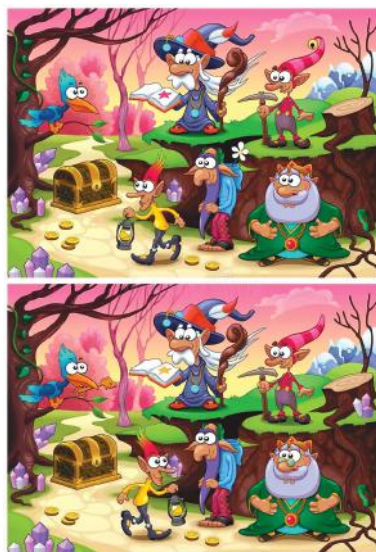
Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas com estética/maquiagem :

- SOLUÇÕES:
- PELE
 - BELLA
 - MAQUIAGEM
 - BELEZA
 - MAQUIAGEM
 - AUTOESTIMA
 - PELE
 - MICROPIGMENTAÇÃO
 - COSMÉTICOS
 - ESTÉTICA
 - LIMPEZA
 - BELLA
 - MAQUIAGEM
 - BELEZA

Encontre sete diferenças



Talento

A paixão de **Josybel** pela estética nasceu cedo. Ainda criança, já experimentava as maquiagens da mãe e, aos 16 anos, iniciou os primeiros trabalhos profissionais. Desde então, não mais parou. Formou-se em Relações Públicas, especializou-se em estética facial e acumulou 18 cursos na área da beleza. Aos 22 anos realizou um dos maiores sonhos: abriu a sua própria empresa, a Bell Make Up, “hoje uma das marcas mais reconhecidas do país”.

O caminho não foi fácil. A falta de apoio institucional e a necessidade de se afirmar como mulher empreendedora foram grandes desafios, mas a determinação falou mais alto. “Tive que lutar praticamente sozinha, com esforço diário, determinação e fé no meu trabalho”, conta.

Na Bell Make Up, Josybel oferece serviços como brow lamination, lash lifting, limpeza de pele, designer e micropigmentação de sobrancelhas, extensão de cílios, microlabial e diversos protocolos personalizados, conforme a neces-

siidade do cliente. A segurança e a qualidade são prioridades, materiais esterilizados, espaço organizado e total profissionalismo.

Num ramo “extremamente desafiador”, Josybel acredita que o cuidado com a aparência influencia diretamente a autoestima, o humor e até a forma como a mulher se apresenta na sociedade. O reconhecimento, este, vem naturalmente “para mim, um dos maiores reconhecimentos é quando a cliente paga com satisfação, sem questionar, porque sabe que está a receber qualidade”.

Com uma trajetória marcada por resiliência, Josybel sonha agora em formar outras mulheres e expandir a Bell Make Up para todas as ilhas de Cabo Verde, tornando-a numa marca que oferece mais do que beleza, mas que transforma vidas e autoestima.

Adelise Furtado - estagiária



Praia

Festival Zero VBG acontece este sábado na Kebra Kanela

O Largo da Kebra Kanela, na Cidade da Praia, recebe este sábado, 29, a terceira edição do Festival Zero VBG, com um cartaz de luxo. O evento, que também será zero álcool, acontece das 18h à 01h e faz parte do projecto “Zero VBG”, coordenado pela Fundação Religiosa para a Saúde (FRS). A entrada é gratuita e a organização garante muitas surpresas e sorteios.

A Nação

O festival leva ao Largo da Kebra Kanela nomes como Dieg, Fattu Djakite, Katy Dias, Hélio Batalha, Rubén Teixeira, Dj Steladuh, DJ Straga, Trakinuz e muitos outros, tudo em nome do combate à Violência Baseada no Género (VBG) em Cabo Verde.

De acordo com Victoria Seoane, coordenadora da Fundação Religiosa para a Saúde (FRS) em Cabo Verde, um dos pilares essenciais do projecto de combate à VBG é a prevenção

e sensibilização à volta da temática do VBG nos estabelecimentos de ensino, comunidades, nas redes sociais e a ideia do festival surgiu como uma forma de aliar a música e a arte ao combate à VBG.

Seoane diz que mais do que “um evento, é um movimento”, já que cada edição do festival promove ações de sensibilização, utilizando a arte e os artistas como ferramentas de mudança que visam incutir a ideia de tolerância zero à VBG, promovendo igualdade,

de, empatia e respeito.

Sobre as críticas de que o cartaz “é muito masculino”, Seone diz que é proposital, que o projecto “Zero VBG” acredita em novas masculinidades e visa, também, combater e prevenir a VBG com foco nas novas masculinidades.

Projecto Zero VBG

Organizado pela Fundação Religiosa para a Saúde (FRS) e financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para



o Desenvolvimento (AECID), a III edição do festival está inserida numa campanha maior de combate à VBG em Cabo Verde, sob o lema “Fortalecimento dos Espaços e Capacidades de Atenção, Prevenção e Reintegração de Vítimas de VBG em Cinco Ilhas de Cabo Verde”.

Segundo Victoria Seoane, a iniciativa representa um grito contra o silêncio e a normalização da Violência

Baseada no Género e o projeto, desde a implementação em Cabo Verde, em 2023, trabalha em estreita colaboração com o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG).

A campanha actualmente decorre nas ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Boa Vista e Santo Antão, e tem como embaixador o artista Trakinuz e “estrela solidária”, o Dj Streladuh.

Acontece



• - 1ª edição de Benji Comedia + Convidados, na Aula Magna, no Edifício da Reitoria, Alameda da Universidade de Lisboa, Portugal, sexta-feira, 28, às 21h

• - 10ª edição da URDI - Feira de Artesanato e Design de Cabo Verde, na Praça Nova, em Mindelo, de 26 até ao dia 30 de Novembro.



• - Circo Enigma apresenta “Entre Lanternas e Sorrisos - Um encontro com a China”, no Auditório Nacional, na Cidade da Praia, sábado, 29, às 19h



• - Show Grace Évora, no Hangar 7, na Cidade da Praia, sábado, 29, às 20h30

• - Show Djony do Cavaco “Em Família”, no Mansa Marina Hotel, no Mindelo, sábado, 29, às 18h30



Aconteceu...

• - Festividades Culturais Santa Catarina do Fogo, no Recinto Feira Monte Pelado, nos Mosteiros, de 21 a 24 de Novembro.



Classificados



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Câmara Municipal do Sal

ANÚNCIO CONCURSO PÚBLICO N.º 14/CMS/2025

Elaboração do projeto de eletrificação, fornecimento e execução dos trabalhos de substituição da iluminação convencional, para iluminação LED no Estádio Municipal “Marcelo Leitão”, sito na Cidade de Espargos – Ilha do Sal

- 1. Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal do Sal, com Sede Social Largo Hotel Atlântico – C.P. 141 – Espargos – Ilha do Sal, Telefone +3334028 / 3334037.
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Câmara Municipal do Sal.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Gabinete do Desporto da Câmara Municipal do Sal.
- 4. Financiamento:** Orçamento Municipal da Câmara Municipal do Sal.
- 5. Objeto do Concurso:** O presente concurso destina-se a **Elaboração do projeto de eletrificação fornecimento e execução dos trabalhos de substituição da iluminação convencional, para iluminação LED, no Estádio Municipal “Marcelo Leitão”, sito na Cidade de Espargos – Ilha do Sal**
- 6. Local da execução do contrato:** Estádio Municipal Marcelo Leitão sito na Cidade de Espargos – ilha do Sal.
- 7. Prazo de execução do contrato:** O prazo de execução do contrato será apresentado pelos concorrentes, devendo contar a partir da consignação da obra.
- 8. Obtenção dos documentos do concurso:** os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos no balcão único da Câmara Municipal do Sal e/ou na plataforma de Contratação Pública – Ecompras - Link: <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>; contratacopublicacmsal@gmail.com;
- 9. Preço base:** A proposta não pode exceder preço base de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos)
- 10. Não são admitidas propostas com variantes.**
- 11. Requisitos de admissão:** podem ser admitidos todos os interessados, desde que detentores do alvará de 2a Classe ou superior, e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.0 do Código de Contratação Pública.
- 12. Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser apresentadas em forma de envelope fechado contendo um original e uma cópia das propostas financeiras e técnicas respetivamente e uma cópia do dossier em versão eletrónico (numa Pen);
- 13. Língua:** As propostas, assim como todos os documentos que a instruem e acompanham devem ser redigidas na Língua Portuguesa, e ou acompanhados da tradução, nos termos do artigo do CCP;
- 14. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas **até 19 de dezembro de 2025**, das 08:00 às 16:00, na secretaria da Câmara Municipal do Sal, Cidade de Espargos — Ilha do Sal, ou por correio registado com aviso de receção destinado a Câmara Municipal do Sal, Largo Hotel Atlântico, CP 141, Espargos, Sal com a Inscrição Concurso “Elaboração do Projeto e Execução das Obras de substituição da iluminação convencional para iluminação led, no estádio Municipal Marcelo Leitão, na cidade de Espargos;
- 16. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias.
- 17. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a da proposta economicamente mais vantajosa: **preço e Prazo**, nos termos dos cálculos contantes dos documentos do procedimento.
- 18. Ato público:** O ato público de abertura das propostas terá lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal do Sal, **às 10:00 horas, no dia 22 de dezembro de 2025**, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 19. Cauções e garantias:** Não será exigida a caução de manutenção. A caução de boa execução do contrato, será exigida 5% do valor contratual.
- 20. Identificação do autor do anúncio:** Câmara Municipal do Sal
- 21. Visita Obrigatória:** 28 de novembro de 2025, 10 horas. Os interessados deverão fazer-se presente munidos de credencial da empresa que faz representação.
- 22. Lei aplicável ao procedimento:** Código de contratação Pública (CCP) — Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, e Regime Jurídico de Contratos Administrativos (RJCA – Decreto-Lei n.º 50/2015, de 23 de setembro.

Ilha do Sal, 25 de novembro de 2025



/Phd – Júlio António Lopes Dos Reis/



Programme CVE/389 Programme Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389•25 8367

Titre : Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN) (travaux)

Dans le cadre du Programme CVE/389 financés sur des ressources des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du Programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements du pays partenaire et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. IDENTIFICATION ET FINANCEMENT DU PROGRAMME

- a) Intitulé: Programme CVE/389 – Eau et Assainissement
- b) Source de financement : Le gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022
- c) Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. IDENTIFICATION DU MARCHÉ

- a) Type de marché : Travaux
- b) Objet: **Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN)**
- c) Numéro : CVE/389•25 8367
- d) Nombre de lots : 1 (un)
- e) Groupement de lots : N/A

3. CRITÈRES D'ÉLIGIBILITÉ ET D'ÉVALUATION

- a) Origine : Pas de restriction.
- b) Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- c) Évaluation : L'offre administrativement et techniquement conforme et économiquement la plus avantageuse sur la base du prix et sera déclarée attributaire.
- d) Variantes : les variantes seront prises en compte. Pour plus d'information sur la variante voir article 8 des Instructions aux soumissionnaires et article 2.2 et 2.3 des spécifications techniques.

4. LIEUX ET DÉLAIS

- a) Localisation du Programme : Cabo Verde – île de Santiago - Praia
- b) Lieu d'exécution du marché : île de São Nicolau
- c) Délai d'exécution du marché : 12 mois (jusqu'à la réception provisoire)
- d) Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. DÉFINITIONS

- a) Pouvoir adjudicateur : Lux-Development

b) Autorité contractante : Águas de São Nicolau (AdSN)

c) Bénéficiaire : Águas de São Nicolau (AdSN)

d) Maître d'œuvre : sera désigné ultérieurement

e) Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg

f) Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. DOSSIER D'APPEL D'OFFRES (DAO)

a) Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement par mail à l'adresse suivante:

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

b) Consultation du dossier : Le DAO peut être consulté par internet, à l'adresse mentionnée ci-dessus.

c) Notifications et communications écrites, à envoyer par mail à l'adresse suivante:

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

d) Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres

e) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. LANGUE, MONNAIE, RÉCEPTION ET OUVERTURE DES OFFRES

a) Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) des soumissions ainsi que le BPU/QE peuvent être présentés en portugais

b) Monnaie : Euro (EUR)

c) Adresse pour la réception et l'ouverture : l'offre doivent être envoyé par voie électronique (ayant en objet le numéro de dossier CVE/389•25 8367 et l'identité du soumissionnaire) à l'adresse suivante :

Lien de dépôt:

https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/EsoCcsjogYxCsV-Y2p2ztj8Bk289nauPZmT9j-JwRZgm34Q

Une fois le dépôt des offres opéré, vous devez envoyer un email à



l'adresse ci-dessous afin de signaler votre dépôt :

Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c domingas.cardoso@luxdev.lu

Le gestionnaire de la réception des offres vous communiquera un accusé réception de votre offre.

- d) Date et heure limite pour la réception des **offres 11.12.2025 à 10H00 (heure locale-Cabo Verde)**
- e) Date et heure pour la séance publique d'ouverture : Immédiatement après la limite de soumission

8. GARANTIES

- a) Garantie de soumission : N/A
- b) Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du marché
- c) Autres : voir DAO

9. PAIEMENTS

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du Programme CVE/389.

10. RÉUNION D'INFORMATION ET/OU VISITE DES LIEUX

Il est conseillé aux soumissionnaires d'assister à la réunion d'information facultative préalable à l'appel d'offres qui devrait se tenir le **20.11.2025 à 11h00** (heure locale) sur la plateforme teams.

Une visite facultative des lieux est prévue le **20.11.2025 à 10h00** (heu-

re locale – Cabo Verde).

Le point de rencontre sera dans les installations de Águas de São Nicolau, Ribeira Brava, São Nicolau, île de São Nicolau

11. PRESTATIONS COMPLÉMENTAIRES OU ADDITIONNELLES

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

L'ATTRIBUTION DU MARCHÉ EST SUJETTE À LA RÉALISATION DE LA CONDITION PRÉALABLE SUIVANTE :

- LA FORMALISATION DE L'EXTENSION DU PROGRAMME CVE/389 QUI GARANTIRA LE FINANCEMENT SUFFISANT POUR LA RÉALISATION DES « TRAVAUX D'OPTIMISATION HYDRAULIQUE POUR ÁGUAS DE SÃO NICOLAU (ADSN) ».
- LE NON-RESPECT DE LA CONDITION PRÉALABLE SUSMENTIONNÉE ENTRAÎNERA L'ANNULATION DE LA PRÉSENTE PROCÉDURE D'APPEL D'OFFRES AINSI QUE L'ATTRIBUTION DU CONTRAT. LES SOUMISSIONNAIRES NE POURRONT PRÉTENDRE À AUCUNE INDEMNISATION, COMPENSATION OU RECOURS DE QUELQUE NATURE QUE CE SOIT, EN LIEN AVEC CETTE ANNULATION.

Avis d'appel d'offres n° CVE/389•25 8327



EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE DE CABO VERDE, S.A
Sede: * Av. Drº Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S. Vicente Telefone + 238. 230 30 30 email: info@edec.cv

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa de Distribuição de Electricidade de Cabo Verde (EDEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o **dia 08 de dezembro de 2025** (segunda-feira), pelas 14h30, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 21 de novembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matricula na Conservatória do Registo Comercial: 84 - Capital Social: 11.364.000 ECV - NIF: 298066297



EMPRESA DE PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE DE CABO VERDE, S.A
Sede: * Av. Drº Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S. Vicente Telefone + 238. 230 30 30 email: info@epec.cv

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa de Produção de Electricidade de Cabo Verde (EPEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o **dia 08 de dezembro de 2025** (segunda-feira), pelas 09h30, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 21 de novembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matricula na Conservatória do Registo Comercial: 58 - Capital Social: 3.002.922.000 ECV - NIF: 298065991



OPERADOR NACIONAL DE SISTEMA ELÉTRICO DE CABO VERDE, S.A

Sede: * Chã Areia – Praia CP. 209 – Praia
Telefone + 238. 260 34 50 email: info@onsec.cv

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa Operador Nacional de Sistema Elétrico de Cabo Verde (ONSEC), S.A, é convocada a Assembleia-Geral Ordinária de acionistas para o **dia 08 de dezembro de 2025** (segunda-feira), pelas 16h30, na sede da empresa, na Cidade da Praia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2024;
2. Apreciação e deliberação da proposta de afetação dos Resultados apurados em 2024;
3. Apreciação da administração e da fiscalização da Sociedade;
4. Alteração do Artigo 3º dos Estatutos, Objeto Social;
5. Eleição de Órgãos Sociais;
6. Diversos.

Cidade de Mindelo, 21 de novembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial: 86 - Capital Social: 3.527.000 ECV - NIF: 298066491



EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA

Sede Social: Avª Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 137 – Mindelo
Telefone + 238. 230 30 30 - Fax + 238. 232 44 46 - email: electra@electra.cv; web.: www.electra.cv
S.Vicente – CABO VERDE

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária

Nos termos do artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 9.º dos Estatutos da Empresa de Electricidade e Água (ELECTRA), SA, é convocada a Assembleia-Geral Extraordinária de acionistas para o dia 08 de dezembro de 2025 (segunda-feira), pelas 09h00, na sede da empresa, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição de Órgãos Sociais;
2. Diversos.

Cidade de Mindelo, 21 de novembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Ednalva Fernandes Cardoso

Número de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial: 58 - Capital Social: 3.002.922.000 ECV - NIF: 298065991



ANÚNCIO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

A Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME), ao abrigo do artigo 78.º, nº 4 do Decreto-Lei n.º 50/2018, de 20 de setembro, torna público que se encontra aberto um processo de recrutamento para o provimento da seguinte vaga:

- 1 (um) Técnico de Recursos Humanos para o Departamento de Valorização de Pessoas e Gestão de Recursos (DVPGR).

Os/as interessados/as deverão submeter a sua candidatura, **até ao dia 10 de dezembro de 2025**, nos termos do respetivo regulamento de recrutamento disponível no sítio institucional da ARME: www.arme.cv.

A ARME não se responsabiliza por candidaturas que não cumpram os requisitos estabelecidos no referido regulamento, nem pelas que sejam submetidas fora do prazo estipulado.

Praia 24 de novembro de 2025.

/ Leonilde Santos /
Presidente do Conselho de Administração

Tel: (+238) 260 44 00/01/02/03
Fax: (+238) 261 30 69
Endereço: Avenida da China, Piso 5
Chã d'Areia Praia - Cabo Verde

CP: nº 892
E-mail: info@arme.cv
Site: www.arme.cv



ANUNCIO DE CONCURSO

A ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto os seguintes concursos:

- **01 (um) Técnico Superior para exercer funções na Direção de Recursos Humanos;**
- **01 (um) Técnico Superior para integrar o Gabinete de Tecnologia de Informação (GTI);**
- **04 (quatro) Engenheiros (as) Civis para exercer funções na Direção de Desenvolvimento e Manutenção de Infraestruturas.**

Para obtenção de mais informações, queira consultar os anúncios detalhados através do site www.enapor.cv.

SEDE: CP Nº 82, S. Vicente - Tel: +238 230 75 00 | Fax: +238 232 43 37/21 70 E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 Mindelo S Vicente-Tel +(238) 290 75 00 | Fax: +(238) 232 14 33 PORTO DA PRAIA C.P. 87 Santiago- Tel: +(238) 260 90 60 | Fax: +(238) 263 38 99 I PORTO DA PALMEIRA-Sal-Tel: +(238) 241 13 48 Fax: +(238) 241 19 811 PORTO NOVO- Sto Antão Tel: +(238) 222 12 54 | Fax (238) 222 14 651 PORTO DO TARRAFAL- Vila do Tatratel - S. Nicolau Tel: +(238) 236 10 50/16 77 Fax +(238) 236 13 26 I PORTO VALE DE CAVALEIROS -Vale de Cavaleiros - Fogo - Tel: +(238) 281 21 13 | Fax (238) 281 12 64 I PORTO INGLÉS Vila do Porto Inglês - Maio-Tet (238) 255 14 80/13:50 | Fax +(238) 255 13 50 PORTO FURINA - Vila da Furna Brava Tel: +(238) 285 21 40/ 285 12 46 | Fax: +(238) 285 12 09 PORTO DE SAL-REI-C.P. 29 - Cidade de Sal-Re Boa Vista - Tel: +(238) 251 11 87 Fax: +(238) 251 13



Programme CVE/389 Programme Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389•25 8444 Titre : Acquisition d'équipements pour le contrôle des pertes en eau sur São Nicolau et Praia - île de Santiago (biens)

*dans le cadre du programme CVE/389 financé sur des ressources des gouvernements
du Grand-Duché de Luxembourg et de la République du Cabo Verde*

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. IDENTIFICATION ET FINANCEMENT DU PROJET/PROGRAMME

- Intitulé : Programme CVE/389 Eau et Assainissement
- Source de financement : Le Gouvernement de la République du Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022
- Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. IDENTIFICATION DU MARCHÉ

- Type de marché : Biens
- Objet : Acquisition d'équipements pour le contrôle des pertes en eau sur São Nicolau et Praia - île de Santiago
- Numéro : CVE/389•25 8444
- Nombre de lots : 1
- Groupement de lots : N/A

3. CRITÈRES D'ÉLIGIBILITÉ ET D'ÉVALUATION

- Origine : Pas de restriction
- Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- Évaluation : L'offre économiquement la plus avantageuse sur la base du prix sera déclarée attributaire.
- Variantes : Aucune variante ne sera prise en compte

4. LIEUX ET DÉLAIS

- Localisation du programme : Cabo Verde - île de Santiago - Praia
- Conditions et lieu de livraison : DDP à AdSN île de São Nicolau et AdS île de Santiago
- Délai d'exécution du marché : 90 jours
- Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. DÉFINITIONS

- Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
- Autorité contractante : Lux-Development
- Bénéficiaire : Águas de São Nicolau (AdSN) et Águas de Santiago (AdS)
- Maître d'œuvre : Valentina Querido, AT Programme CVE/389
- Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg
- Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. DOSSIER D'APPEL D'OFFRES (DAO)

- Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement, par email :
Email : carla.santos@luxdev.lu
c/c nathaly.santos@luxdev.lu
- Notifications et communications écrites, à envoyer au :
Email : carla.santos@luxdev.lu

c/c nathaly.santos@luxdev.lu

- Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres
- Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. LANGUE, MONNAIE, RÉCEPTION ET OUVERTURE DES OFFRES

- Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) sont en portugais
- Monnaie : EUR
- Adresse pour la réception des offres par voie électronique (ayant en objet le numéro de dossier CVE/389•25 8444 et l'identité du soumissionnaire) à l'adresse suivante :
Boîte de dépôt :
https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/EnKt66ALdCxCstz7lj8F0XoBdsaw0CtyjhaS7uwxTlOnog
Le gestionnaire de la réception des offres vous communiquera un accusé réception de votre offre.
- Date et heure limite pour la réception des offres : 02.12.2025 à 10h00 (heure locale Cabo Verde)
- Date et heure pour la séance publique d'ouverture : Immédiatement après la date limite de soumission

8. GARANTIES

- Garantie de soumission : N/A
- Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du marché
- Autres : voir DAO

9. PAIEMENTS

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du programme CVE/389.

10. RÉUNION D'INFORMATION ET/OU VISITE DES LIEUX

N/A.

11. PRESTATIONS COMPLÉMENTAIRES OU ADDITIONNELLES

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

L'attribution du marché est sujette à la réalisation de la condition préalable suivante:

- la formalisation de l'extension du Programme CVE/389 qui garantira le financement suffisant
- le non-respect de la condition préalable susmentionnée entraînera l'annulation de la présente procédure d'appel d'offres ainsi que l'attribution du contrat. Les soumissionnaires ne pourront prétendre à aucune indemnisation, compensation ou recours de quelque nature que ce soit, en lien avec cette annulation.



**Ministério
das Finanças**
Direcção Nacional do Planeamento

Project CVE/801

**Enabling Access to GCF Climate Finance for
Cabo Verde**

NOTICE OF CALL FOR EXPRESSIONS OF INTEREST Nº CVE/801 • 25 8425

Title: Contracting Service to Support the National Designated Authority for Strengthening Institutional Capacity to Assess and Endorse GCF Project Proposals and Enhancing the Candidate Direct Access Entity to meet GCF Requirements

Maximum budget: 113 000 EUR - Performance period of 5 months

LuxDev, the Luxembourg Development Cooperation Agency launches a Call for Expression of Interest (CEOI) for the acquisition of services for **Contracting Service to Support the National Designated Authority for Strengthening Institutional Capacity to Assess and Endorse GCF Project Proposals and Enhancing the Candidate Direct Access Entity to meet GCF Requirements** on behalf of project CVE/801 receiving financial support from the Green Climate Fund (GCF) with grant management support through the United Nations Office for Project Services (UNOPS).

Economic operators that are invited to express their interest to offer the services mentioned above are specialised in climate policy.

Indicatively, economic operators will have to demonstrate their technical capacity and experience in climate change project development and GCF readiness support.

The start of the contract is foreseen for January 2026 and for a duration of 5 months. Economic operators must be available for the entire period foreseen and willing to intervene in Praia – Cabo Verde. The maximum budget available for this contract is estimated at 113 000 EUR (all taxes excluded).

Interested economic operators are invited to submit sufficient documentation to respond to the selection criteria. The dossier, including the selection criteria and the application form, is available on request at the address given below.

E-mail: carla.santos@luxdev.lu

c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

The shortlist of candidates invited to submit a full offer will be established of a minimum three and maximum eight candidates evaluated as qualified and ranked, if necessary, against the selection criteria.

Expressions of interest, exclusively drawn up in English, must reach the following address no later than 08.12.2025 at 10h00 (Cabo Verde's local time):

Deposit link:

https://luxdev-1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/En1e8XN_Da5ArzEAC1LDQWsBqJuvO2CWNCB0aUUU-dwwu8A

Requests for clarifications shall be sent to the email address given above.

Only shortlisted candidates will be invited to submit a full offer.

Economic operators interested by this CEOI may also consult LuxDev's website:

www.luxdev.lu (Tender notices: Services - Status: Information - Area: Africa).



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Câmara Municipal do Sal

**Anúncio de concurso público nº 15/CMSAL/2025.
Aquisição de uma retroescavadora**

- 1. Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal do Sal
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Câmara Municipal do Sal
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Direcção dos serviços de Administração Patrimonial - Câmara Municipal do Sal, Paços do Concelho.
- 4. Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas e cabimentadas pelo Orçamento Municipal e pelo Governo de Cabo Verde (Fundo do Ambiente).
- 5. Objeto do Concurso:** Aquisição de uma retroescavadora nova com pá articulado como acessório.
- 6. Obtenção dos documentos do concurso:** O caderno de encargos do presente concurso pode ser obtido através da Secretaria da Câmara Municipal do Sal, entre as 8H00 às 16H00 e/ou pelo e-mail: - contratacãopublicacmsal@gmail.com – a partir da data deste anúncio até ao último dia para apresentação da proposta.
- 7. Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70º] do Código da Contratação Pública.
- 8. Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues na sede da Câmara Municipal do Sal, Largo do Hotel Atlântico, cidade Espargos, ilha do Sal, Cabo Verde ou por correio registado ou correio electrónico (contratacãopublicacmsal@gmail.com) com aviso de receção para o endereço: Câmara Municipal do Sal, CP 141, Cidades dos Espargos ilha do Sal, Cabo Verde.
- 9. Língua em que devem ser redigidas as propostas, bem como os documentos que as acompanham:** Português
- 10. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas no prazo de 60 dias - 8 de Dezembro de 2025 – às 16H00.
- 11. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias.
- 12. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é a proposta com o preço mais baixo
- 13. Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar no Paços do Concelho, Câmara Municipal do Sal, salão nobre, dia 09 de dezembro de 2025, 10H00 podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 14. Lei aplicável ao procedimento:** lei no 88/VIII/2015 de 14 de abril e Regime jurídico de Contratos administrativos (RJCA) – Lei no 20/2015 de 23 de setembro.

25 de Novembro de 2025

Presidente da Câmara Municipal do Sal

 /PHD Júlia Antónia-topês dos Reis/



Ministério das Infra-Estruturas,
Do Ordenamento do Território e Habitação



REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM DA ESTRADA ACHADA CARREIRA-ACHADA MOERÃO/BISCAINHOS

Anúncio de Concurso Público Nacional

CPN N.º O-ST-08/2025

- O Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., lança o Concurso Público Nacional n.º O-ST-08/2025 para a conceção/execução dos trabalhos de Reabilitação e Asfaltagem da Estrada Achada Carreira – Achada Moerão / Biscainhos, financiados pelo Governo de Cabo Verde.
- Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com **Alvará de 5.ª Classe ou superior da 2.ª Categoria** (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas).
- Para submissão das Propostas cada Concorrente deve adquirir o Dossier de Concurso.
- O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de Novembro de 2025 em formato digital**, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **50.000\$00 (Cinquenta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.
- Uma **visita obrigatória ao local**, acompanhada pelos Técnicos da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., está programada para o dia **04 de Dezembro de 2025**, com encontro em Achada Carreira mais concretamente Entroncamento EN1-ST-02 - Achada Moerão, pelas 11:00 horas, conforme as instruções apresentadas na “Parte I: Programa de Concurso” do Dossier de Concurso.
- O Prazo de Execução é de **18 (dezoito) meses** a contar da data da Consignação da Obra.
- A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.
- Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre os dias **27 de Novembro de 2025 a 08 de Dezembro de 2025**. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao **dia 22 de Dezembro de 2025**.
- As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cavo Verde, E.P.E., **até às 10:00 horas do dia 07 de Janeiro de 2026**, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).
- O Ato público de abertura das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **07 de Janeiro de 2026 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.
- As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção da Proposta no valor de 2.000.000,00 CVE (dois milhões de escudos cabo-verdianos)**.
- O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, E.P.E.
Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq.
CP 343 –A Palmarejo – Praia, República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; pedro.t.silva@mioth.gov.cv;
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv
Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



PROVA DE VIDA PENSIONISTAS

A Garantia Seguros informa aos seus pensionistas que deverão proceder à realização da Prova Anual de Vida entre os dias 24 de novembro a 19 de dezembro de 2025. Ressaltamos que qualquer prova de vida realizada antes de 24 de novembro de 2025 não será considerada válida para o pagamento das pensões. Para a Realização da Prova de Vida, os Pensionistas, deverão deslocar-se nas horas normais de expediente a uma Agência, Loja de Mediação Exclusiva ou Representante mais próximo da sua área de residência e apresentar o Numero de Identificação Fiscal (NIF), bem como, o Documento de Identificação, (Bilhete de Identidade (BI) ou Cartão Nacional de Identificação (CNI) e procederem à entrega da Certidão Narrativa Integral de Nascimento.

Os pensionistas que, devido à dificuldade de locomoção, por motivo de doença ou outro não conseguirem fazer a prova de vida presencialmente, podem efetuar a prova de vida à distância, enviando para a Garantia Seguros, através de correio registado ou de terceiro, o Certidão de Nascimento e/ou Certificado de Vida, atualizado, emitido por Cartório Notarial ou outra entidade competente.

As referências para o envio são:

GARANTIA – DIREÇÃO DE SINISTROS REF: PROVA DE VIDA

Rua Serpa Pinto C.P.138 – Praia, Santiago Cabo Verde

Os pensionistas residentes no estrangeiro podem enviar o Certificado de Vida por meio de serviços dos Consulados no País que residem.

Os pensionistas que pretendem receber as pensões por transferência bancária devem apresentar uma declaração do banco, comprovativo do NIB (Numero de Identificação Bancária). Ainda sempre que oportuno e no caso de ter havido alterações agradecemos a atualização dos dados, Morada, Telefone, Telemóvel e E-mail.

A não realização da Prova de Vida implica a suspensão do direito à pensão.

**GARANTIA SEGUROS
PARA QUE A VIDA NÃO PARE**



AVISO

A **IMPAR, Companhia Caboverdiana de Seguros, SA** avisa a todos os seus pensionistas que o prazo para a apresentação da prova anual de vida decorre de **25 de Novembro a 23 de Dezembro 2025**.

A prova de vida pode ser efetuada:

- Presencialmente, mediante a comparência do pensionista no Escritório ou no Representante da IMPAR da sua zona de Residência e entrega de uma cópia do documento de identificação (Bilhete de Identidade ou CNI) ou através da entrega da Certidão Narrativa Integral de Nascimento, nas horas normais de expediente.
- À distância, mediante envio por correio registado ou através de terceiro de Certificado de Vida emitido por Cartório Notarial ou por Órgão competente para tal.

A não apresentação da prova de vida no prazo indicado implica a suspensão do direito à pensão.

IMPAR, Companhia Caboverdiana de Seguros, SA



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direcção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“PEDREIRA DA BOAVISTA” ILHA DA BOAVISTA

A Direcção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**PEDREIRA DA BOAVISTA**” do proponente **ERGO – ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS, LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 14 de novembro a 24 de dezembro nos seguintes locais:

- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direcção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direcção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semEDO@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de novembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente


/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direcção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“ÁREA DE INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS DE APOIO HOTELEIRO” ILHA DA BOAVISTA

A Direcção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**ÁREA DE INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS DE APOIO HOTELEIRO**” do proponente **CABOTEL HOTELARIA E TURISMO, LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 18 de novembro a 30 de dezembro nos seguintes locais:

- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direcção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direcção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semEDO@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 24 de novembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente


/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Estamos a **RECRUTAR** para o
Fundo de Promoção do
Emprego e Formação
Profissional

**1 Técnico Administrativo e
Financeiro**

**1 Técnico de Tecnologias de
Informação**

**2 Técnicos de Avaliação e
Seguimento de projetos**

1 Apoio Operacional - Conductor

Candidaturas: Até ao dia 30 de
novembro de 2025

Informações e candidaturas
www.competircv.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE Tribunal da Relação de Sotavento - Anúncio – 1.ª Publicação-

Autos: Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º136/2025.
Requerente Mariano dos Santos Cardoso.

Requerida: **Trijntje Hilje Heuker**, nascida em 08.02.1964, natural de Spijk filha de Wilte Heuker e de Weike Bolt residente em parte incerta dos Países Baixos (Holanda).
000000

A Dr.ª Januária Tavares Silva Moreira Costa, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a requerida **Trijntje Hilje Heuker**, residente em parte incerta dos Países Baixos (Holanda), para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (**Divórcio Decretado pelo Tribunal da Região do Norte dos Países Baixos**) pelos factos e fundamentos constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda fica advertida a requerida de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor, deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária. Para constar se passou o presente anúncio e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Juiz Desembargadora,


/Dr.ª Januária Tavares Silva Moreira Costa/

A Ajudante de Escrivão,


/Maria Moreno/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo CívelANÚNCIO**Autos:** Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 61/23-24.**Exequente:** Turim Sociedade Turística e Imobiliária s.a.**Executada:** **Gaëlle Mireille Jeanne Henry**, solteira, NIF 168790300, residente em parte incerta da Bélgica, com última residência conhecida em Murdeira - ilha do Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é a executada citada, para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar a liquidação, deduzir oposição à execução, pagar ao exequente a quantia exequenda de 1.168.803\$00 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e três escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.Mais ainda se declara à executada, que caso deduzir oposição, é obrigatório constituir advogado; que deverá pagar o preparo inicial dentro do prazo de **cinco dias**, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será notificada para pagar o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza da faculdade de requerer ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado. Cidade dos Espargos, 28 de Outubro de 2025.-

O Juiz de Direito,

 /Djefir Kirk Fortes Neves/-

O Escrivão de Direito,

 -/Hernani Batros/-

Alto Igreja/Espargos, CP 125-Telf. n.2 5162321 email: juizociveltribunalsal@gmail.com



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo CívelANÚNCIO**Autos:** Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 263/23-24.-**Exequente:** Turim Sociedade Turística e Imobiliária, s.a.**Executado(s):** Cândida Julieta da Silva Medina **Estrela e Herdeiros desconhecidos de António José Estrela**, com última residência em Murdeira/Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, são o(s) executado(s) citado(s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 950.508\$00 (novecentos e cinquenta mil, quinhentos e oito escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(a/s) executado(a/s), que caso deduzir (em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que devera(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de cinco dias, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado. Cidade dos Espargos, 29 de Outubro de 2025.

O Juiz de Direito,

 /Djefir Kirk Fortes Neves/-

O Escrivão de Direito,

 -/Hernani Batros/-

Alto Igreja/Espargos, CP 125-Telf. n.2 5162321 email: juizociveltribunalsal@gmail.com



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO SAL

Juízo CívelANÚNCIO**Autos:** Ação Executiva Comum, registado sob o n.º 77/23-24.-**Exequente:** Turim - Sociedade Turística e Imobiliária s.a.-**Executado(s):** **Assuelide Lima Gomes e Vittorio Bianchi**, casados, residentes em parte incerta, com última residência conhecida em Murdeira - ilha do Sal.

-X-

FAZ-SE saber que, nos autos e Tribunal acima indicados, é/são o(s) executado(s) citado(s), para no prazo de **dez dias**, que se contará finda a dilação de **trinta dias**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar(em) a liquidação, deduzir(em) oposição à execução, pagar(em) ao exequente a quantia exequenda de 1.440.019\$00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, dezanove escudos), acrescidos dos juros que se vencerem até integral pagamento, ou nomear(em) bens à penhora nos aludidos autos, sob pena de se ser devolvido a(o) exequente o direito de nomear bem à penhora.

Mais ainda se declara o(s) executado(s), que caso deduzir(em) oposição, é obrigatório constituir advogado; que devera(o) pagar o preparo inicial dentro do prazo de cinco dias, após a entrega neste Cartório da oposição deduzida e, não o fazendo, será(o) notificado(s) para pagar(em) o preparo a que faltar(am) acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, que goza(m) da faculdade de requerer(em) ao Tribunal o benefício de assistência judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá(o) também fazê-lo em relação à OACV (Ordem de Advogados de Cabo Verde), na Cidade da Praia ou a sua Delegação em Mindelo, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica e que o duplicado da petição inicial encontra-se neste Cartório para lhe ser entregue logo que solicitado. Cidade dos Espargos, 28 de Outubro de 2025.

ro de 2025.-

O Juiz de Direito,

 /Djefir Kirk Fortes Neves/-

O Escrivão de Direito,

 -/Hernani Batros/-

Alto Igreja /Espargos, CP 175-Telf. n.9 5167371-email: juizociveltribunalsal@gmail.com



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA

2º Juízo de Família e MenoresANÚNCIO Nº 25/20251ª PUBLICAÇÃOFaz saber que correm seus trâmites, no juízo supramencionado, os autos de **Execução Por Alimentos**, registados sob o nº **02/2021**, em que o Requerente Ministério Público em representação das menores **Mariana Sofia Varela de Carvalho e Ana Rita Varela de Carvalho**, move contra o Requerido **Constantino Barreto de Carvalho**, maior, nascido a 02/02/1983, filho de José Pereira de Carvalho e de Nicolaça Varela Barreto, natural da Freguesia de São João Baptista, Conselho de Ribeira Grande de Santiago, residente em parte incerta de França, com última residência conhecida em Cabo Verde na zona de Lém Cachorro.Fica o Requerido, **CITADO**, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, **querendo, deduzir oposição à execução, pagar ou impugnar a penhora**, no montante de 55.156\$00 (cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis escudos) já efectuada no seu salário pela entidade patronal, para garantia do pagamento da quantia exequenda no valor de 303.359\$00 (trezentos e três mil, trezentos e cinquenta e nove escudos), acrescido de juros de mora, taxa legal, custas e demais despesas prováveis, pelos fundamentos constantes da respectiva petição inicial e documentos, cujo o duplicado e os referidos documentos se encontram na secretaria do juízo supracitado. -Fica ainda **citado o requerido**, para, no mesmo prazo, querendo, se pronunciar sobre o requerido a fls. 46 e 47 dos autos supramencionado.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 4 de novembro de 2025.

A Juiz de Direito

 /Sara Isabel Ferreira/

A Ajudante de Escrivão

 /Esperança Gomes/

2º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia
 Campus de Justiça, Palmarejo telef.3337726/9565382
 CP.250-Santiago, Praia, Rep. De Cabo Verde


TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ
JUÍZO CÍVEL
**ANÚNCIO
1.ª PUBLICAÇÃO**

Faz saber que, pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Incidente de Habilitação de Herdeiros** reg. Sob o n.º 07/2025-26, requerida pelo requerente **Graciano Manuel Vieira Fernandes**, maior residente em Chã da Silva, são citados os **Herdeiros Desconhecidos de Gualdino Vieira Tavares**, que foi residente em Chã da Silva, para no prazo de **08(oito) dias**, contados depois de decorridos os **30 (trinta) dias**, a contar da data da última publicação do anúncio, contestarem querendo, o processo supra, em que os autores supra identificados move neste juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo o pedido consiste no seguinte: **sejam habilitados como sucessores legais do falecido Gualdino Vieira Tavares, os herdeiros que se apresentarem dentro do prazo legal**, cujo duplicado da petição inicial, se encontra depositado neste Cartório, para lhes serem entregues, caso solicitarem, ficando a ação, importa ao advertidos de que caso não contestarem reconhecimento do pedido ora feito.

Faz saber aos Herdeiros Desconhecidos do falecido Gualdino Vieira Tavares, ainda, que caso apresentem os que caso apresentem os seus requerimentos de contestação é obrigatória a constituição de Advogado nestes autos, deverão, no prazo de **05 (cinco) dias**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança do mesmo, acrescido de taxa de justiça correspondente ao dobro do preparo, aplicado nos termos do art.º 66.º do Código das C.C.J e que em caso de insuficiência económica, poderão requerer o benefício de assistência judiciária ao Tribunal, mediante a formulação de um requerimento autónomo juntamente entregue juntamente com contestação/oposição ou ainda requerera a assistência à Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV), TELEFONE nos 2619755/56 e 2619754, respetivamente ou na Delegação da OACV (Ordem dos Advogados de Cabo Verde), mais próximo solicitando a designação de um advogado, no prazo máximo de dois dias, a contar da citação. Em ambos os casos deverão juntar ao pedido de assistência judiciária os elementos comprovativos da insuficiência económica (cfr. art.º 5.º e 6.º do Dec. Regulamentar n.º 10/04, de 08 de Novembro).

Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, 12 de novembro de 2025.

Juiz de Direito,
/Elisângelo Celestino Moreno Fernandes/
Ajudante de Escrivão
/Dulceina Pereira Gomes Sanches/


RIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2.º JUÍZO CÍVEL
Email. 2juizocivel@gmail.com
ANÚNCIO N.º 06/2025

O SR. Dr. **ANILSON VAZ DE CARVALHO DA SILVA**, JUIZ DE DIREITO DO 2.º JUÍZO CÍVEL e, nos autos de Acção Especial (Justificação Judicial) N.º 14/2025, em que é:

REQUERENTE: Maria Vaz, maior, solteira, pensionista, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Praia, titular do BI n.º 233102, residente em Achada São Filipe.

REQUERIDO: o MINISTÉRIO PÚBLICO e INTERESSADOS INCERTOS.

Faz saber, que ficam CITADOS, os **Interessados Incertos**, para no prazo de **10 (dez) dias**, acrescida da dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, que se começará a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio, para querendo, **deduzirem oposição, ao pedido**, por simples requerimento, a acção supra referenciada, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, que se encontra à disposição dos mesmos no cartório deste juízo, e que consiste em, **julgar procedente a presente ação, por provada, e declara-se justificado o direito de propriedade da requerente, sobre o imóvel, casa de morada de família, sito em Achada São Filipe, Praia, com pedido de legalização do imóvel na Camara Municipal da Praia com número de processo: 2024144856, por forma a que se possa proceder à primeira inscrição do prédio a favor da requerente junto da Conservatória do Registo Predial.**

Faz ainda saber aos interessados acima referidos, que é **obrigatório** a constituição de advogado; que, com a oposição, se as deduzirem, deverão, no prazo de **05 (CINCO) Dias**, efetuar o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, art.º 66.º do C.C.J e que poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária, junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

Optando os interessados por requerer o benefício de Assistência Judiciária junto da O.A.C.V, deverão fazê-lo no prazo de **2 (DOIS) DIAS** a contar da segunda e última publicação do respetivo anúncio, requerem à O.A.C.V, a nomeação de patronos, apresentado logo os elementos comprovativos das suas insuficiências económicas.

Para constar se passou o presente anúncio que será entregue ao mandatário constituído da requerente, para os devidos efeitos.

Secretaria do Segundo Juízo Cível da Praia, 06 de outubro de 2025.
O Juiz de Direito
Anilson Vaz de Carvalho Silva
Ajudante de Escrivão
Carla Mendes Brito


**Ministério
da Justiça**

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação


Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves
EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1.ª Série, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês – Ilha do Maio, a meu rogo, no dia **dois de julho** de dois mil e **vinte e cinco**, e no Livro de notas para escrituras diversas n.º **23-F**, de folhas **46F-47F**, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbitos de **CRISTOVÃO JOSÉ DA SILVA e JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **nove de agosto de mil novecentos e noventa e nove**, faleceu, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Ilha do Maio, sem testamento ou disposição de última vontade, **CRISTOVÃO JOSÉ DA SILVA**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do maio, e com última residência habitual em Morro, Ilha do Maio, sem ter deixado descendentes e, que lhe sucede como únicos herdeiros, seus pais:

GENOVEVA CORREIA SILVA, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Morro e **JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, a data de obito, já falecido.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia **sete de março de dois mil e vinte**

e **um**, faleceu na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Ilha do Maio, sem testamento ou disposição de última vontade, **JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, no estado de casado com **Genoveva Correia Silva**, sob o regime de Comunhão de Adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e com última residência habitual em Morro, ilha do Maio, tendo deixado como único e universal herdeira sua filha: **AGOSTINHA CORREIA SILVA**, solteira, maior, natural de da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente em Morro, ilha do Maio.

E, que não existem outras pessoas que, segundo a lei, possam concorrer à herança dos “**de cujos**”.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do n.º 5 do Art.º 86-A e do Art.º 87 do Código Notariado.

Esta Conforme

Art.º 20.º,4.2: — **1.000\$00.**

Selo; — **200\$00. Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).**

Conta n.º 202515673. Processo n.º 1051196

Processo n.º 1051196
O Conservador/Notário por substituição
/Emanuel Rocha Alves/


**Ministério
da Justiça**

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação


EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do artigo 100 do Código do Notariado, que no dia 13 de novembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 42, de folhas 6 a 6 verso, uma escritura de justificação notarial, na qual **Jaqueline Pinto dos Reis**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, residente em São Vicente, **declara**, com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano de rés do chão, composto por três quartos de cama, duas casas de banho e duas cozinhas, situado em **Vasconia - Lajedos**, com uma área de terreno de **610,36 (seiscentos e dez vírgula trinta e seis)** metros quadrados, confrontando do norte e este com estradas, sul com Florentino Lima e oeste com João Quitéria Silva Delgado, inscrito na matriz predial da freguesia de São João Baptista sob o número **955/0**, omissio no Registo Predial. Que o dito prédio lhe veio à posse, por compra que fez aos pais Domingos Lopes do Reis e Alzira Alves Pires Pinto, através de um escrito particular, em **13 de junho de 2003** sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhe permite fazer o respetivo registo na Conservatória competente. Que desde logo entrou na posse, uso e fruição do prédio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há **vinte dois anos**.

Que a sua posse, apesar de não titulada, foi adquirida e mantida de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nome próprio e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por **usucapião** o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Mais se informa que nos termos do artigo 101 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 13 de novembro de 2025.

A Conservatória do Registo Predial,
/Alicia Patricia da Cruz da Luz/

Conta n.º 202548742

Processo n.º 1048449

Importa em mil e duzentos escudos.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP.º, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41 / VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv

www.governo.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico, narrativamente para efeitos de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de agosto que de fls. 10 verso a fls.12 do livro de notas para escrituras diversas número 5 - A desta conservatória/Cartório Notarial de Mosteiros, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, com a data de treze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na qual os Senhores **ELVYS RIJKARD LEONOR CENTEIO FORTES**, NIF 131785478, e **MARLISSA NEREIDA MARTINS CENTEIO FORTES**, NIF 148937624, casados entre si no regime de comunhão de adquiridos, naturais ele da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e ela da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residentes em Mosteiros Trás, se declaram que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio urbano sito em **Queimada Trás**, composto por um lote de terreno para construção sob o número **quinze**, quarteirão número **trinta e oito**, com a área de **cento e oitenta metros quadrados**, confrontando a norte com o lote número catorze, a sul com o lote número dezasseis, a este com via pedonal e a oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 5865/0, com o valor matricial de **trezentos e sessenta mil escudos**, omissos no registo predial. Que o referido prédio foi adquirido por compra à **Câmara Municipal de Mosteiros**, em **onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois**, conforme certidão n.º **0026/2022**, em nome de **Marlissa Nereida Martins Centeio Fortes**, a qual, posteriormente, requereu a inclusão do nome do marido **Elvys Rijkard Leonor Centeio Fortes**, sendo que a Câmara Municipal era anterior pos-

suidora desde a criação da Comissão Instaladora, em mil novecentos e noventa e dois. Que, entretanto, a falta de legitimação formal de direitos sobre o imóvel e o princípio do trato sucessivo entre o Estado, a Câmara Municipal de Mosteiros e terceiros impossibilitam os justificantes de procederem a primeira inscrição no registo predial, por não inexistir título transmissivo adequado, apesar de a aquisição ter ocorrido junto do Município e de boa-fé. Que, após a referida compra, os justificantes entraram e continuaram na posse e fruição do imóvel, exercendo-a de boa-fé, pacificamente, com conhecimento público e sem oposição de quem quer que fosse, utilizando o referido terreno como local de depósito de materiais de construção, pois tencionam edificar a curto prazo. Tratando-se de posse pública, pacífica, contínua e de boa-fé, e tendo sido exercida por um lapso de tempo que, somado ao da anterior possuidora, a Câmara Municipal de Mosteiros, perfaz mais trinta anos, **invocam expressamente a usucapião** como título de aquisição a seu favor, para efeitos de **primeira inscrição no registo predial**.

Esta conforme o original
Cidade Igreja e na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos treze de novembro de dois mil e vinte e cinco.

Processo sob o n.º 1048350/25
Artigo 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.....1.200\$00 São Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário P/S,
/Roberto Carlos Barros Ferreira/
e duzentos escudos.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**EXTRATO**

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 19 a 20, outorgada no dia 11-11-2025, na qual **Franklim Winston Monteiro**, casado, natural da Freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Coculí, alega com exclusão de outrem, que é dono dos seguintes prédios: **1.º** - Prédio de regadio com casa, poço e via de acesso de pessoas e viaturas (Canto de Bandeira), situado em Boca de Figueiral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 12833/0, confrontado do Norte com Linha de água — Cabouco de Palmeira; Sul, com Linha de água — Cabouco de Nhô Vicente — Palmeira; Estre, com Herdeiros de Teodoro Cirilo Monteiro e Rocha e do Oeste com Ribeira e Linha de Água; **2.º** - Prédio construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado com três quartos de dormir uma casa de banho, uma cozinha, uma sala comum, uma garagem/armazém, uma despensa, um arrumo, um pátio e terreno, situado em Boca de Figueiral, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2960/0, confrontando do Norte, com Via de acesso de pessoas e viaturas; Sul, com Fio de rocha e linha de água; Este, com Herdeiros

de Pedro Jansénio Delgado e Herdeiros de Teodoro Cirilo Monteiro e do Oeste com Ribeira, omissos no Registo Predial. Declara que os referidos prédios, lhes veio a posse por meação na Sucessão Hereditária, por ser herdeiro habilitado de **Teodoro Cirilo Monteiro**, nesse caso fez a inscrição na Matriz Camarária em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de primeira inscrição no Registo Predial, uma vez que exerce uma posse em seus nomes próprios, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja. Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, de Ribeira Grande, os 14-11-2025.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**EXTRATO**

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 21 a 22, outorgada no dia 11-11-2025, na qual **Ana Beatriz Delgado Dias**, viúva, natural da freguesia de Santo Crucifixo do concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Mindelo - ilha de São Vicente, alega com exclusão de outrem, que é dona e legítima possuidora de um Prédio Rustico de Regadio (1/6 do prédio anteriormente inscrito sob o n.º 8892/0, situado em Chã de Coelho), inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.ºs 12840/0, medindo 277 m2 metros quadrados, confrontando do Norte, com Caminho; Sul, com Herdeiros de Domingos António dos Santos; Este, com Estrada e do Oeste com João António Évora e José Pedro Évora, prédio esse omissos no registo predial. Alega que o referido prédio lhe veio a posse por sucessão hereditária, por ser única herdeira habilitada de Rosa Beatriz Delgado, conforme Certidão de Habilitação de Herdeiros lavrado no

Livro de Escrituras n.º E/81 de fls. 99 vº a 100, do Primeiro Cartório de São Vicente, e nesse caso fez a inscrição na Matriz Camarária em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para efeito de trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em nome próprio, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira é segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 14-11-2025.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia sete do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta, de folhas oitenta e seis verso a oitenta e sete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes: Que, no dia vinte e um do mês de Novembro do ano mil, novecentos e quarenta e um, numa casa em Mira Mira, na freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **JOSÉ MONTEIRO MACEDO**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Maria Fidalga Lopes, sob o regime da comunhão geral de bens. Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo o seu filho: **Silvestre Monteiro de Macedo**, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúvo, já falecido e devidamente habilitado.

Que, no dia cinco do mês de Dezembro do ano mil, novecentos e noventa, em Campo Grande, Lisboa, Portugal, onde teve a sua última residência habitual em Lugar de Granjas

Novas, Odivelas, Loures, faleceu MARIA FIDALGA LOPES, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de viúva do mencionado José Monteiro Macedo.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legítimo o seu filho: Silvestre Monteiro de Macedo, acima devidamente identificado.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **José Monteiro Macedo** e **Maria Fidalga Lopes**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, as sete de Outubro de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00

Processo n.º 1045516

Conta sob o n.º 202538723



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/ VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria_Cartorio Fogo@gov.cv



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO p/s: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia onze de Novembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 89 a 90, no livro de notas para escrituras diversas número 1/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Félix Gomes Garcia**, falecido no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Ana Maria Sanches Monteiro**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Adriano Garcia, solteiro**, maior, natural de França, de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França, **Salvador Garcia**, solteiro, maior, natural de França, de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França, **Marie Hélène Garcia**, solteira, maior, natural de França de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França, **Jocelyne Garcia**, solteira, maior, natural de França, de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França, **Luís Gomes Garcia**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França,

Olívia Mendes Garcia, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Filomena Monteiro Garcia**, viúva, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Orlando Garcia**, no estado de falecido, natural de França, com última residência em França. No dia dezoito de Junho de dois mil e nove, em França, faleceu o Senhor **Orlando Garcia**, solteiro, maior, natural de França, com última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única e universal herdeira a sua filha **Soana, Brigitte Garcia**, solteira, maior, natural de França e residente em França. Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”. Está conforme o original. Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos catorze dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco. Custas..... 1.000.00 Imp. de selo.....200.00 Total.....1.200.00 (mil e duzentos escudos) Registrada sob o n.º 1046967/2025.

O NOTÁRIO P/S,
[Handwritten Signature]
/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRATO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeiro** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezasseis de Outubro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 70F e 71F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Domingos Correia Varela**, falecido no dia vinte e três de Setembro de dois mil e vinte e cinco, em Palha Carga, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com sua última residência em Palha Carga, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Paulino Correia Varela**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Celina Semedo Mendes**, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residência em França, **Tomáz Nunes Correia Varela**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria da Paz Tavares Costa, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residência em França, **José Nunes Correia Varela**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria Isabel Mendes Tavares, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França, **Julião Nunes Correia Varela**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França, **Cecílio Nunes Correia Varela**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França, **Sabino Nunes Correia Varela**, solteiro, maior, natural da freguesia de

São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Portugal, **Tomazia Nunes Correia Varela**, no esta de falecida, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Palha Carga. No dia **dezanove de Dezembro de mil novecentos e sessenta e oito**, em Palha Carga, faleceu a Senhora **Tomásia Nunes Correia**, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Palha Carga, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros sem ascendentes e nem descendentes os seus irmãos acima identificados. Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”. Está conforme o original. Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e quatro dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00 Imp. de selo..... 200.00 Total1.200.00 (mil e duzentos escudos) Registrada sob o n.º 1051766/2025.

O NOTÁRIO P/S,
[Handwritten Signature]
/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria. CartorioTS@gov.cv



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 27 de Novembro

UNIVERSAL
Palmarejo - 262 93 98

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SEXTA - 28 de Novembro

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SÁBADO - 29 de Novembro

MODERNA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 27 19

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

DOMINGO - 30 de Novembro

CENTRAL
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 11 67

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SEGUNDA - 01 de Novembro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

TERÇA - 02 de Novembro

AFRICANA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 59 55

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

QUARTA - 03 de Novembro

AVENIDA
Fazenda - Av. C. de Lisboa - 261 36 90

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11



VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.



Contacto: (+238) 999 52 69